

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 010/2026

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de realização de oficinas socioeducativas, culturais, esportivas e de qualificação, mediante a disponibilização de facilitadores para condução das atividades, a serem executadas nos Centros de Referência de Assistência Social e demais equipamentos públicos vinculados às secretarias participantes da contratação, no âmbito do Município de Araruama

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 25.592.161,36

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 22/04/2026 às 10h00min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTA

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

[SIM]

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Torna-se público que **O MUNICÍPIO DE ARARUAMA**, inscrito no CNPJ sob o nº 28.531.762/0001-33, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**, com endereço na Avenida John Kennedy, 120 - Centro, Araruama/RJ, CEP 28.979-087, realizará licitação **na modalidade PREGÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dos Decretos Municipais nº 009/2024, 010/2024, 011/2024 e 052/2024, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1. PREÂMBULO:

1.1 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

1.2 PROCESSO Nº 14868/2025

1.3 SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

2. DO OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de realização de oficinas socioeducativas, culturais, esportivas e de qualificação, mediante a disponibilização de facilitadores para condução das atividades, a serem executadas nos Centros de Referência de Assistência Social e demais equipamentos públicos vinculados às secretarias participantes da contratação, no âmbito do Município de Araruama, nas quantidades e exigências estabelecidas neste edital.

2.2 O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

3.1 A sessão pública do Pregão Eletrônico será realizada em sistema eletrônico, nas seguintes condições:

Data da sessão: 22/04/2026

Horário: 10h00min

Tempo Máximo de Abertura da sessão: 15 (quinze) minutos

Local: Sistema de Compras do Licitanet – <https://licitanet.com.br/>

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO

Regime de Execução: EMPREITADA por PREÇO UNITÁRIO

Modo de Disputa: ABERTO.

4. DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1 As despesas com o presente objeto serão asseguradas por conta de recursos que estarão livres e não comprometidos, conforme dotação orçamentária vigente para o exercício de 2026, pertinentes ao Orçamento Municipal.

4.2 Declara-se, por oportuno, que as despesas com a efetivação do objeto em tela possuem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

4.3 O valor estimado da contratação será de **R\$ 25.592.161,36 (vinte e cinco milhões quinhentos e noventa e dois mil cento e sessenta e um reais e trinta e seis centavos).**

5. DA RETIRADA DO EDITAL:

5.1 As empresas interessadas em participar do presente certame poderão retirar o Edital por meio eletrônico, através do site: <https://www.araruama.rj.gov.br/>.

5.2 As retiradas do Edital também poderão ser realizadas através do Sistema de Compras do Licitanet – <https://licitanet.com.br/>.

6. DOS ESCLARECIMENTOS:

6.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao Pregão Eletrônico deverão ser dirigidos ao pregoeiro em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, através do sistema no site <https://www.licitanet.com.br/>.

6.2 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

6.3 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

6.4 Os pedidos de esclarecimentos também terão sua divulgação na internet, através do site: <https://www.araruama.rj.gov.br/>.

6.4.1 Às licitantes interessadas, cabem acessar assiduamente o referido endereço eletrônico e sistema para tomarem conhecimento das perguntas e respostas e manterem-se atualizadas sobre esclarecimentos referentes a este Edital.

7. REQUISITOS MÍNIMOS PARA PARTICIPAÇÃO:

7.1 DO CREDENCIAMENTO

7.1.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>;

7.1.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

7.1.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

7.1.4 O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

7.1.5 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome,

assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.1.6 O cadastro junto ao SICAF poderá ser utilizado subsidiariamente, e deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> por meio de credencial e senha.

7.1.7 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.1.7.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.2 Da condição de participação no Pregão:

7.2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos;

7.2.2 A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

7.2.3 Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

7.2.4 Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

7.2.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.2.6 Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO: Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://www.licitanet.com.br/>.

7.2.7 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

7.2.8 O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis no site <https://www.licitanet.com.br/>.

7.2.9 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Licitanet – <https://licitanet.com.br/>.

7.2.10 As licitantes deverão utilizar credencial e senha ou certificado digital para acesso ao Sistema.

7.2.10.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

7.2.11 As licitantes deverão utilizar credencial e senha ou certificado digital para acesso ao Sistema.

7.2.12 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

7.2.13 A participação é ampla concorrência para todos os portes de empresa.

7.3 Não poderão participar desta licitação:

7.3.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s).

7.3.2 Autores do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

7.3.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

7.3.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

7.3.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.3.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

7.3.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

7.3.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

7.4 O impedimento de que trata o item 7.3.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a

outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta personalidade jurídica do licitante.

7.5 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 7.3.2 e 7.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

7.6 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.7 O disposto nos itens 7.3.2 e 7.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.8 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.9 A vedação de que trata o item 7.3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

8.1 Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

8.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente, cada qual em seu campo próprio, os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

8.4.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.4.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

8.4.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

8.4.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

8.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

8.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 8.4 ou 8.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

8.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.11.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

8.11.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.12.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior percentual de desconto; e

8.12.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 8.11.2 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

9.1 A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.2 Valor: (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e total do lote/item.

9.3 Marca/modelo.

9.4 Fabricante.

9.5 Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo do lote/item, estabelecido no Termo de Referência.

9.6 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao lote/item previsto para contratação.

9.7 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.8 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

9.9 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.10 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

9.11 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos (Anexo III deste Edital) nas normas de regência de contratações públicas federais e municipais, quando participarem de licitações públicas.

9.12 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.13 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.14 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do

regime de tributação pelo Simples Nacional.

9.15 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.16 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação (art. 90, §3º e art 155, VI).

9.17 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

9.18 Caso o critério de julgamento seja o de **menor preço**, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no TR e no Anexo III.

9.19 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de fiscalização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

10.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote.

10.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**.

10.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

10.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

10.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

10.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

10.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 10.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

10.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.18 Quando da desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de

pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.21.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.21.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

10.21.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

10.21.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

10.21.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.21.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.

10.21.2.2 Empresas brasileiras.

10.21.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

10.21.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.22.1 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

10.22.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.22.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.22.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.22.5 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. A não apresentação da proposta adequada ensejará na imediata desclassificação da licitante.

10.22.6 Caso seja necessária a comprovação da exequibilidade da proposta, todos os documentos necessários a sua comprovação, inclusive planilha detalhada de composição de custos, deverão ser apresentados juntamente de sua proposta adequada ao último lance ofertado. A não apresentação da documentação mencionada alhures ensejará na imediata desclassificação da licitante.

10.22.7 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA FASE DE JULGAMENTO:

11.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7.3 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1 SICAF.

11.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

11.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

11.1.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.1.5 Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>).

11.1.6 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 11.1.2, 11.1.4 e 11.1.5 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>)

11.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

11.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

11.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição

de participação.

11.4 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 8.6 deste Edital.

11.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

11.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.7.1 Contiver vícios insanáveis.

11.7.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

11.7.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

11.7.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

11.7.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50%(cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.8.1 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **item anterior**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

11.8.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.8.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.9 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

11.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

11.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

11.12.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

11.12.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

11.12.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

11.12.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

12.1 Habilitação jurídica:

12.1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

12.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

12.1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

12.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

12.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de **sociedade empresária estrangeira** em funcionamento no País.

12.1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.1.8 CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.

12.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

12.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no **Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso.

12.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.2.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado.

12.2.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

12.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.2.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.2.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

12.2.8 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de **declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio** ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.3 Qualificação Econômico-Financeira:

12.3.1 Certidão negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital, exceto quando dela constar o prazo de validade.

12.3.1.1 No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

12.3.1.2 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

12.3.2 A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, **declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os Cartórios ou Offícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordatas**, ou a **Certidão dos Cartórios da Comarca** para fins de Licitação Pública, exceto se a empresa estiver sediada no Município de ARARUAMA.

12.3.3 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa,

acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

12.3.3.1 Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

II. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

III. Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

IV. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06:

- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

V. As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) apresentarão o balanço patrimonial na forma da lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.

12.3.4 Comprovação da boa situação financeira da empresa que será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrado no CRC podendo ser utilizado o **modelo (Anexo V – Análise Econômico-financeira)**, acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional, conforme Resolução CFC Nº 1637/2021, através das fórmulas abaixo. Para ser considerada habilitada a empresa deverá possuir os seguintes resultados:

Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00. Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00. Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.

Fórmulas

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ISG = AT / (PC + ELP)$$

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ILC = AC / PC$$

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante

12.3.5 Prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total máximo estimado pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da Lei.

12.3.6 A licitante deverá apresentar declaração, na forma do art. 69, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, atestando que atende aos índices de saúde financeira exigidos e que possui capacidade para assumir as obrigações decorrentes da contratação.

12.3.7 Quando aplicável, poderá ser exigida a relação de compromissos assumidos que importem em redução da capacidade econômico-financeira da licitante, conforme disposto no art. 69, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

12.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.4.1 Para fins de comprovação da experiência e qualificação técnica, a licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da PROPONENTE, que comprove ela ter executado ou estar executando serviço pertinente e compatível em características com o objeto da presente licitação.

12.4.2 Deverão ser apresentados atestados de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que o LICITANTE, prestou anteriormente, o serviço em características e quantidades compatíveis com o objeto da licitação, demonstrando que o LICITANTE gerencia ou gerenciou serviços, com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de empregados que serão necessários para suprir os postos contratados em decorrência desta licitação.

12.4.3 Deverá haver a comprovação de experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade dos anos serem ininterruptos.

12.4.4 A LICITANTE deverá comprovar que cumpre e segue as normas de segurança e medicina do trabalho, mediante apresentação do registro do SESMT (Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho) da DRT do Ministério do Trabalho.

12.4.5 A LICITANTE deverá apresentar comprovação de conformidade do PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e PCMSO (Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional).

12.5 DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES:

12.5.1 Modelo de Declaração Unificada – Anexo IV

12.6 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

12.7 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.8 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.9 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

12.10 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por ou perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

12.11 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

12.12 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

12.13 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência

Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.14 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.15 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

12.15.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

12.15.1.1 Nos casos de declarações e documentos escaneados cuja assinatura não possua chancela para verificação em sítio eletrônico ou não atenda aos requisitos do Decreto Federal 10.543/2020, poderá o pregoeiro convocar a licitante para no prazo de 2 (dois) dias úteis apresentar documento original para autenticação por servidor da comissão de pregão eletrônico, sob pena de invalidação do documento.

12.16 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.16.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

12.17 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.17.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**.

12.18 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, Os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

12.19 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

12.19.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.19.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

12.19.3 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência Lei 14.133/21, art. 64.

12.19.4 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.19.5 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.20 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.21 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 12.17.1.

12.22 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.23 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

12.24 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

13.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

13.1.1 A PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser elaborada conforme Anexo III – MODELO deste Edital, obedecendo as disposições do Termo de Referência (Anexo I).

13.1.2 Na PROPOSTA DE PREÇOS deverão constar os seguintes elementos:

a) Razão social, CNPJ (que deverá ser o mesmo para a PROPOSTA DE PREÇOS e Nota Fiscal), endereço completo, número de telefone e e-mail.

b) Especificações técnicas, marcas, modelo, e outros elementos exigidos no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I), de modo a identificar o serviço e/ou fornecimento ofertado e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

c) Preços unitário e total em moeda corrente do País, em algarismos, com 2 (duas) casas decimais após a vírgula, para todos os itens que compõem a proposta.

d) Data e assinatura do representante legal do licitante, com a identificação de seu nome abaixo da assinatura.

e) Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto.

f) Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com a proposta apresentada.

g) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

13.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

13.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

13.4.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.5.1 Serão desclassificadas ainda as propostas que:

- a) Estiverem incompletas, isto é, não contiverem informações suficientemente claras de forma a permitir a perfeita identificação quantitativa e qualitativa do proposto.
- b) Contiverem qualquer limitação ou condição divergente do presente Edital.
- c) Que estiverem em desacordo com as condições do presente documento.
- d) Estiverem em desacordo com as especificações dos itens constantes neste documento.
- e) Sejam omissas, apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- f) Que contiver emendas, rasuras ou entrelinhas, que dificultem o seu perfeito entendimento ou que possam comprometer a lisura do certame e quaisquer vícios que forem consideradas insanáveis pela comissão de seleção.
- g) A proposta não poderá impor condições ou conter opções.

13.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.7 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.8 O pregoeiro não se responsabilizará por propostas que não sejam entregues nos prazos definidos neste Edital.

13.9 Falhas meramente formais poderão, após a análise, serem sanadas pelo pregoeiro, desde que não caracterizem tratamento diferenciado em relação aos demais participantes.

14. DOS RECURSOS:

14.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempreendedor individual, microempresas ou empresas de pequeno porte, se for o caso, será concedido prazo para que qualquer licitante manifeste intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretente recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

14.2 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.4 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.4.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

14.4.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14.4.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.5 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

15.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório, podendo também ser disponibilizada no sítio eletrônico <https://www.araruama.rj.gov.br/>.

15.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

16.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17. DAS GARANTIAS

17.1 Considerando a magnitude do objeto em questão, as licitantes deverão prestar garantia correspondente a 1% (um por cento) do valor global ofertado, com prazo de validade mínimo de 120 (cento e vinte) dias, como condição para participação no certame licitatório, conforme o disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

17.2 A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- seguro-garantia;
- fiança bancária.

17.3 Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, será exigida a prestação de garantia contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

17.4 A garantia terá por finalidade resguardar a Administração quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, à reparação de eventuais prejuízos decorrentes de inadimplemento e à cobertura de multas aplicadas durante a execução do contrato.

17.4.1 A garantia contratual corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo ser ajustada no instrumento contratual correspondente, conforme a natureza e a complexidade da contratação.

17.4.2 A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades, a critério da contratada:

- caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- seguro-garantia;
- fiança bancária.

17.5 A garantia deverá ser apresentada pela contratada no prazo estabelecido no instrumento convocatório ou no contrato administrativo, contado a partir da assinatura do contrato ou da convocação formal da Administração.

17.6 A garantia poderá ser executada pela Administração nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais, aplicação de multas, ressarcimento de prejuízos causados à Administração ou em outras situações previstas no contrato e na legislação aplicável.

17.7 A garantia será liberada ou restituída à contratada após o término da vigência do contrato e a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais, observadas as disposições estabelecidas no instrumento contratual e na legislação aplicável.

18. DO TERMO DE CONTRATO:

18.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

18.2 As informações referentes à elaboração, formalização e gestão do Contrato encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência, que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, nos termos do art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

18.3 O Termo de Referência detalha as condições de vigência, prorrogação, critérios de utilização, obrigações das partes e demais aspectos operacionais relacionados ao Contrato decorrente deste certame.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:

19.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

20.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

20.1.1 As obrigações e responsabilidades da contratada encontram-se integralmente definidas no Termo de Referência, que integra este Edital como anexo e com ele mantém relação de vinculação e complementaridade, devendo ser rigorosamente observadas para todos os efeitos legais e contratuais.

20.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.2.1 As obrigações e responsabilidades da contratante encontram-se integralmente definidas no Termo de Referência, que integra este Edital como anexo e com ele mantém relação de vinculação e complementaridade, devendo ser rigorosamente observadas para todos os efeitos legais e contratuais.

21. DO PAGAMENTO:

21.1 As condições de pagamento aplicáveis à presente contratação estão integralmente descritas no Termo de Referência, documento que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

21.2 O Termo de Referência estabelece os critérios, prazos, forma e periodicidade de pagamento, bem como os procedimentos de medição, atesto e liquidação das despesas, observadas as disposições legais, regulamentares e contratuais pertinentes.

22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

22.1 As sanções administrativas decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais encontram-se estabelecidas no Termo de Referência, o qual integra este Edital como anexo vinculante e deverá ser observado para todos os efeitos legais, nos termos dos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

23.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

23.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, através do sistema pelo site <https://www.licitanet.com.br/> ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida John Kennedy, 120 – Centro Araruama/RJ – CEP 28979-087, nos dias úteis das 09:00 às 17:00 horas.

23.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação,

limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo encaminhá-la para a autoridade competente ou procuradoria jurídica, com encaminhamento publicação de cópia da resposta no Portal da Transparência - <https://www.araruama.rj.gov.br/> e <https://www.licitanet.com.br/>, para ciência de todos os interessados.

23.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5 A resposta à impugnação será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

23.6 As impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

23.6.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

24.1 As informações referentes à elaboração, formalização e gestão da Ata de Registro de Preços encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência, que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, nos termos do art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

24.2 O Termo de Referência detalha as condições de vigência, procedimentos de adesão, critérios de utilização, obrigações das partes e demais aspectos operacionais relacionados à Ata de Registro de Preços, que regerá as contratações decorrentes deste certame.

24.3 DA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

24.3.1 As informações relativas à possibilidade, condições e procedimentos de adesão à Ata de Registro de Preços encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência, que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, em conformidade com o disposto no art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, e com as diretrizes do Decreto Federal nº 7.892/2013.

24.3.2 O Termo de Referência estabelece os critérios e limites para a adesão por outros órgãos ou entidades, bem como as responsabilidades do órgão gerenciador e dos órgãos participantes e não participantes, observadas as normas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

25. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

25.1 Após a homologação e adjudicação, será incluído na Ata, na forma de Anexo, o registro:

25.1.1 Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

25.1.2 Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

25.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na Ata.

25.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

25.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

25.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver

necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

(a) Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; ou

(b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

25.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Edital, poderá:

25.4.1 Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

25.4.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

26.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

26.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

26.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.10 Será vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que

tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme art. 82, VIII da Lei 14133/2021.

26.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal da Transparência, através do endereço eletrônico <https://www.araruama.rj.gov.br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida John Kenney, 120 – Centro – Araruama/RJ – CEP 28979-087, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 18:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

26.12 Integram este Edital os seguintes Anexos:

- 26.12.1** – ANEXO I – Termo de Referência;
- 26.12.2** – Anexo II – Modelo Proposta de Fornecimento;
- 26.12.3** – ANEXO III – Valor Estimado;
- 26.12.4** – ANEXO IV – Modelo de Declaração Unificada;
- 26.12.5** – ANEXO V – Análise Econômico-Financeira;
- 26.12.6** ANEXO VI – Minuta do Termo de Contrato.
- 26.12.7** ANEXO VII – Minuta de Ata de Registro de Preço;
- 26.12.8** ANEXO VIII – Cadastro Reserva.

Araruama, 07 de abril de 2026.

VERÔNICA DA SILVA JANUÁRIO DE ALMEIDA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE POLÍTICA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Definição do Objeto

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de realização de oficinas socioeducativas, culturais, esportivas e de qualificação, mediante a disponibilização de facilitadores para condução das atividades, a serem executadas nos Centros de Referência de Assistência Social e demais equipamentos públicos vinculados às secretarias participantes da contratação, no âmbito do Município de Araruama.

A contratação será realizada por meio do sistema de registro de preços, com vistas à futura e eventual contratação dos serviços, conforme a necessidade da Administração, pelo período de 12 (doze) meses.

ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD FACILITADORES	VALOR EST. UNIT.	VALOR EST. TOTAL
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO CRAS				
Facilitador de Artesanato e Trabalhos Manuais com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	70	R\$ 2.566,66	R\$ 179.666,20
Facilitador de Culinária, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10	R\$ 3.000,00	R\$ 30.000,00
Facilitador de Confeitaria/Panificação, completo, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10	R\$ 3.358,33	R\$ 33.583,30
Facilitador de Animação e Recreação, brinquedoteca, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	75	R\$ 2.908,33	R\$ 218.124,75
Facilitador de Música com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	63	R\$ 3.179,66	R\$ 200.318,58
Facilitador de Canto, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	30	R\$ 3.394,66	R\$ 101.839,80
Facilitador de Lutas, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	15	R\$ 2.765,33	R\$ 41.479,95
Facilitador para curso de Depilação, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de	SRV/MÊS	10	R\$ 2.139,99	R\$ 21.399,90

até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.				
Facilitador para curso de Maquiagem, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10	R\$ 3.089,66	R\$ 30.896,60
Facilitador para curso de Corte e Costura, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	15	R\$ 3.358,77	R\$ 50.381,55
Facilitador para curso de Manicure e Pedicure, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10	R\$ 2.710,00	R\$ 27.100,00
Facilitador de Massoterapia, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10	R\$ 3.133,33	R\$ 31.333,30
Facilitador para curso de Cabelereiro, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10	R\$ 3.110,00	R\$ 31.100,00
Facilitador para aulas de Danças, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	34	R\$ 2.741,66	R\$ 93.216,44
Facilitador para aulas de Ginástica em geral, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	20	R\$ 3.274,00	R\$ 65.480,00
Facilitador para aulas de Informática, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	15	R\$ 2.883,33	R\$ 43.249,95
Facilitador para aulas de Pilates, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	14	R\$ 3.113,20	R\$ 43.584,80
Facilitador de Lutas Marcial e Olímpica, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	100	R\$ 3.266,66	R\$ 326.666,00
Facilitador para aulas de Esportes Olímpicos, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	150	R\$ 2.209,00	R\$ 331.350,00
Facilitador para aulas de Balé, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	14	R\$ 3.033,33	R\$ 42.466,62
Facilitador para aulas de Xadrez, com uma carga	SRV/MÊS	20	R\$ 1.323,33	R\$ 26.466,60

horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.				
Facilitador para aulas de Teatro, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	25	R\$ 3.016,66	R\$ 75.416,50
Facilitador para aulas de Ginástica Artística, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4	R\$ 2.333,33	R\$ 9.333,32
Facilitador para aulas de Alongamento, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4	R\$ 2.453,33	R\$ 9.813,32
Facilitador para aulas de Jiu-Jitsu, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4	R\$ 2.489,33	R\$ 9.957,32
Facilitador para aulas de Vôlei, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4	R\$ 1.648,37	R\$ 6.593,48
Facilitador para aulas de Futsal, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4	R\$ 2.376,66	R\$ 9.506,64
Facilitador para aulas de Basquete, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4	R\$ 1.888,53	R\$ 7.554,12
Facilitador para aulas de Baby Class (recreação, psicomotricidade), com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4	R\$ 1.539,33	R\$ 6.157,32
Facilitador para aulas de Capoeira, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4	R\$ 1.883,33	R\$ 7.533,32
Facilitador para aulas de Grafite, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	2	R\$ 777,50	R\$ 1.555,00
Palestrante para ministração de palestras com duração de no máximo 4 horas com hospedagem, traslado e refeições	SERV/HORA	220	R\$ 1.066,66	234.665,20
VALOR DE 12 MESES			R\$ 25.592.161,36	

1.2 Natureza do Objeto

O objeto da contratação caracteriza-se como serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.3 Especificação dos Serviços

Os serviços compreendem a realização de oficinas em diferentes áreas temáticas, incluindo, entre outras, atividades relacionadas a:

- artesanato e trabalhos manuais;
- culinária e panificação;
- música e canto;
- atividades culturais e artísticas;
- atividades esportivas e recreativas;
- informática;
- atividades de qualificação profissional e geração de renda;
- atividades voltadas ao desenvolvimento corporal, cultural e social.

Cada oficina será conduzida por facilitador com formação ou experiência compatível com a atividade desenvolvida, observando-se as cargas horárias e os quantitativos estimados estabelecidos neste Termo de Referência.

A presente contratação refere-se à prestação de serviços especializados de natureza socioeducativa, cultural, esportiva e de qualificação, cabendo à empresa contratada a responsabilidade pela organização, coordenação e gestão dos profissionais responsáveis pela condução das oficinas.

A disponibilização dos facilitadores ocorrerá no âmbito da execução dos serviços contratados, não se caracterizando como mera intermediação ou fornecimento de mão de obra, permanecendo os profissionais sob a responsabilidade exclusiva da empresa contratada, inclusive quanto à sua gestão administrativa, técnica e trabalhista.

1.4 Quantitativos Estimados

Os quantitativos estimados para a contratação foram definidos com base nas demandas apresentadas pelas secretarias envolvidas, considerando o histórico de execução de oficinas em exercícios anteriores, a quantidade de equipamentos públicos atendidos e a previsão de continuidade das atividades ao longo do período de vigência da contratação.

Os quantitativos apresentados na tabela do item 1.1 utilizam unidades de medida compatíveis com a natureza de cada atividade, considerando as características específicas dos serviços a serem executados.

Assim, para as oficinas conduzidas por facilitadores foi adotada unidade de referência mensal, considerando a carga horária semanal prevista para cada atividade, enquanto para atividades pontuais, como palestras ou eventos específicos, foram adotadas unidades de medição compatíveis com a duração das atividades.

A forma de medição e pagamento dos serviços observará as unidades de medida definidas neste Termo de Referência e será realizada mediante verificação da efetiva execução das atividades pela fiscalização contratual.

1.5 Órgão gerenciador

A Secretaria Municipal de Política Social, Trabalho, Habitação, Terceira Idade e Desenvolvimento Humano atuará como órgão gerenciador da ata de registro de preços, cabendo-lhe a condução do procedimento licitatório, a gestão da ata, o controle dos quantitativos registrados e a coordenação das contratações dela decorrentes.

1.6 Órgãos participantes

Participam da presente contratação, na condição de órgãos participantes da ata de registro de preços, as seguintes secretarias municipais:

- Secretaria Municipal de Educação;
- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- Secretaria Municipal de Cultura.

Os órgãos participantes poderão realizar contratações com base na ata de registro de preços, observados os limites quantitativos registrados, a disponibilidade orçamentária própria e as condições estabelecidas no edital, na ata e neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Fundamentação Normativa da Contratação

A presente contratação encontra fundamento nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública.

No âmbito do Município de Araruama, a presente contratação também observa as disposições dos Decretos Municipais nº 009/2024 e nº 052/2024, que regulamentam a aplicação da referida legislação no âmbito da Administração Municipal.

O Decreto Municipal nº 009/2024 dispõe sobre os procedimentos relacionados à fase preparatória das contratações públicas, estabelecendo diretrizes para o planejamento das contratações, elaboração de documentos de formalização de demanda, estudos técnicos preliminares e termos de referência.

Por sua vez, o Decreto Municipal nº 052/2024 regulamenta a utilização do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Município de Araruama, disciplinando as regras para formação, gestão e utilização das atas de registro de preços pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

Nos termos da legislação mencionada, a contratação pública deve ser precedida de adequado planejamento administrativo, com a identificação da necessidade da Administração, a análise das alternativas disponíveis no mercado e a definição da solução mais adequada para atendimento do interesse público.

Nesse contexto, a presente contratação foi precedida da elaboração do respectivo Estudo Técnico Preliminar, documento que integra a fase preparatória da contratação e que fundamenta tecnicamente as definições constantes neste Termo de Referência.

2.2 Fundamentação da Necessidade da Contratação

A presente contratação tem por finalidade assegurar a continuidade da oferta de oficinas socioeducativas, culturais, esportivas e de qualificação desenvolvidas nos equipamentos públicos vinculados às secretarias participantes da contratação, especialmente no âmbito das ações voltadas à promoção da convivência social, ao desenvolvimento de habilidades e à ampliação das oportunidades de inclusão social da população.

No âmbito da Secretaria Municipal de Política Social, Trabalho, Habitação, Terceira Idade e Desenvolvimento Humano, tais atividades estão diretamente relacionadas à execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, integrante da política pública de assistência social, que visa prevenir situações de risco social por meio do fortalecimento das relações familiares e comunitárias e do estímulo à participação social dos usuários.

As oficinas constituem importante instrumento metodológico para a execução dessas ações, permitindo o desenvolvimento de atividades educativas, culturais, esportivas e de geração de renda, voltadas ao fortalecimento de vínculos sociais, ao desenvolvimento de competências e à promoção da cidadania.

Além da Secretaria de Política Social, outras secretarias municipais também desenvolvem atividades de natureza educacional, cultural e esportiva voltadas à população, motivo pelo qual participaram do planejamento da contratação, apresentando suas respectivas demandas por meio de documento de formalização de demanda.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada para disponibilização de facilitadores mostra-se necessária para viabilizar a realização das oficinas planejadas pelas secretarias envolvidas, considerando que o Município não dispõe, em seu quadro permanente de servidores, de profissionais com formação ou experiência específica em todas as áreas temáticas contempladas pelas atividades.

2.3 Justificativa dos Quantitativos

Os quantitativos estimados para a contratação foram definidos com base na análise das demandas apresentadas pelas secretarias envolvidas, considerando o número de equipamentos públicos atendidos, a previsão de continuidade das atividades ao longo do período de vigência da contratação e o histórico de execução de oficinas em exercícios anteriores.

Também foram considerados fatores como a carga horária prevista para cada oficina, o número estimado de participantes atendidos pelas atividades e a necessidade de manutenção regular das ações desenvolvidas nos equipamentos públicos municipais.

As demandas das secretarias participantes foram formalizadas por meio de seus respectivos documentos de formalização de demanda, os quais subsidiaram a consolidação dos quantitativos estimados para a presente contratação.

2.4 Justificativa da Solução Adotada

Durante a fase de planejamento da contratação foram avaliadas diferentes alternativas para atendimento da necessidade identificada, incluindo a possibilidade de execução das atividades por servidores do quadro permanente do Município e a contratação individual de profissionais autônomos.

Entretanto, conforme demonstrado no estudo técnico preliminar, tais alternativas não se mostraram adequadas diante da inexistência de profissionais com formação ou experiência em todas as áreas temáticas previstas para as oficinas, bem como da complexidade administrativa associada à contratação individual de múltiplos profissionais.

Dessa forma, concluiu-se que a contratação de empresa especializada para disponibilização de facilitadores representa a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e administrativo, permitindo maior flexibilidade na execução das atividades, melhor coordenação das oficinas e maior eficiência na gestão dos serviços.

2.5 Referência ao Estudo Técnico Preliminar

A fundamentação detalhada da necessidade da contratação, bem como a análise das alternativas de solução, o levantamento de mercado, a estimativa de quantidades e a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação encontram-se devidamente demonstradas no Estudo Técnico Preliminar elaborado para instrução do presente processo administrativo, o qual integra o planejamento da contratação e subsidia as definições constantes neste Termo de Referência.

3. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1 Modalidade da Licitação

A presente contratação será realizada por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando tratar-se de contratação de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

A adoção do pregão eletrônico mostra-se adequada à natureza do objeto, uma vez que possibilita maior competitividade entre os licitantes, amplia a participação de fornecedores de diferentes localidades e contribui para maior transparência e eficiência na condução do procedimento licitatório.

Além disso, a realização do certame em ambiente eletrônico proporciona maior celeridade ao processo de contratação, assegurando igualdade de condições entre os participantes e ampliando as possibilidades de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.2 Critério de Julgamento

O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, considerando a natureza integrada dos serviços a serem contratados.

Embora o objeto compreenda a realização de diversas oficinas socioeducativas, culturais, esportivas e de qualificação, tais atividades integram um conjunto de ações inter-relacionadas, que demandam planejamento conjunto, gestão unificada dos profissionais envolvidos e coordenação integrada das atividades desenvolvidas nos equipamentos públicos municipais.

A adoção do julgamento por lote mostra-se adequada pelos seguintes motivos:

- necessidade de padronização metodológica das atividades desenvolvidas nos equipamentos públicos municipais;
- necessidade de gestão centralizada das equipes de facilitadores, possibilitando maior organização administrativa e operacional;
- maior facilidade na substituição de profissionais e na reorganização das atividades, evitando descontinuidade das oficinas;
- redução da complexidade administrativa decorrente da gestão simultânea de múltiplos contratos com diferentes fornecedores;
- maior eficiência no acompanhamento e fiscalização da execução contratual, considerando a existência de responsabilidade única pela execução dos serviços.

A eventual fragmentação do objeto entre diversos fornecedores poderia comprometer a coordenação das

atividades, dificultar a padronização das oficinas e aumentar os riscos operacionais na execução dos serviços.

Dessa forma, considerando a natureza integrada das atividades e a necessidade de gestão unificada da execução, entende-se que a adoção do critério de julgamento por menor preço por lote representa a alternativa mais adequada para assegurar eficiência administrativa, regularidade na execução das atividades e melhor atendimento ao interesse público.

3.3 Modo de Disputa

O certame será realizado em modo de disputa aberto, conforme previsto na legislação aplicável.

Nesse modelo, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, permitindo a ampliação da competitividade e a obtenção de propostas progressivamente mais vantajosas para a Administração.

A adoção do modo de disputa aberto mostra-se compatível com a natureza do objeto e com o nível de competitividade esperado no mercado, contribuindo para a transparência do procedimento licitatório e para a seleção da proposta mais vantajosa.

3.4 Sistema de Registro de Preços

A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, considerando as características da demanda e a necessidade de maior flexibilidade administrativa na execução dos serviços.

A adoção desse sistema encontra fundamento na Lei nº 14.133/2021 e nas disposições do Decreto Municipal nº 052/2024, que regulamenta a utilização do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Município de Araruama.

O Sistema de Registro de Preços mostra-se adequado para a presente contratação pelos seguintes motivos:

- a demanda pelas oficinas poderá variar ao longo do período de execução das atividades;
- os serviços serão executados em diferentes equipamentos públicos municipais;
- a contratação envolve mais de um órgão da Administração Municipal;
- a execução das atividades dependerá da programação e das necessidades específicas de cada secretaria participante.

Nesse contexto, a adoção do Sistema de Registro de Preços permitirá que as contratações ocorram conforme a necessidade da Administração durante o período de vigência da ata, proporcionando maior flexibilidade administrativa, melhor planejamento das atividades e maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

3.5 Da Inversão de Fases

3.5.1 O procedimento licitatório adotará, de forma excepcional e devidamente motivada, a realização da fase de habilitação previamente ao julgamento das propostas, em derrogação à regra geral prevista no art. 17, §1º, da Lei 14.133/2021.

3.5.2 A adoção da habilitação prévia justifica-se em razão da natureza e complexidade do objeto, que demanda a verificação antecipada da capacidade técnica e operacional dos licitantes, bem como da necessidade de mitigar riscos à execução contratual e assegurar a seleção de proposta apresentada por licitante efetivamente apto ao cumprimento das obrigações.

3.5.3 Na fase de habilitação, serão analisados os documentos relacionados à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e demais requisitos previstos neste Termo de Referência.

3.5.4 Somente os licitantes devidamente habilitados terão suas propostas analisadas e julgadas, observados os critérios de julgamento estabelecidos.

3.5.5 Caso o licitante classificado em primeiro lugar venha a ser posteriormente desclassificado por qualquer motivo superveniente, será assegurada a análise das propostas subsequentes, respeita a ordem de classificação

3.5.6 A adoção do rito previsto neste item não afasta a observância dos princípios da isonomia, da competitividade, da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4. ALINHAMENTO COM AS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS

4.1 Considerando a natureza do objeto, não há envolvimento de soluções tecnológicas, sistemas informatizados, infraestrutura de tecnologia da informação ou serviços de TIC, razão pela qual este item não se aplica à presente contratação.

5. REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TIC

5.1 Não se aplicam à presente contratação os requisitos específicos previstos para contratações dessa natureza, uma vez que o objeto refere-se exclusivamente a prestação de serviços de realização de oficinas socioeducativas, culturais, esportivas e de qualificação, mediante a disponibilização de facilitadores para condução das atividades nos equipamentos públicos municipais.

6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 Análise do Parcelamento do Objeto

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que se mostrar técnica e economicamente viável e quando contribuir para ampliar a competitividade do certame e para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

No caso da presente contratação, embora o objeto compreenda a realização de diversas oficinas socioeducativas, culturais, esportivas e de qualificação, verificou-se que tais atividades integram um conjunto de ações que devem ser executadas de forma coordenada e integrada nos equipamentos públicos municipais.

6.2 Justificativa para a não divisão do objeto

Considerando as características da contratação, optou-se pela adjudicação por lote, tendo em vista que a divisão do objeto entre múltiplos fornecedores poderia comprometer a adequada execução das atividades e dificultar a gestão operacional dos serviços.

A execução das oficinas envolve planejamento conjunto, definição de cronogramas integrados, articulação entre diferentes áreas temáticas e acompanhamento contínuo das atividades desenvolvidas nos equipamentos públicos municipais.

A fragmentação da contratação poderia resultar em dificuldades na coordenação das equipes, na substituição de facilitadores, na padronização metodológica das oficinas e na gestão administrativa dos

serviços, além de aumentar a complexidade da fiscalização contratual.

6.3 Eficiência administrativa e gestão contratual

A contratação por lote único contribui para maior eficiência administrativa, uma vez que possibilita a existência de responsabilidade única pela execução dos serviços, facilitando a supervisão das atividades, a comunicação entre contratante e contratada e a adoção de medidas corretivas quando necessário.

Além disso, a gestão centralizada das oficinas permite maior uniformidade na execução das atividades, melhor organização operacional e maior facilidade na substituição de profissionais, quando necessário, evitando a interrupção das ações desenvolvidas nos equipamentos públicos municipais.

6.4 Referência ao Estudo Técnico Preliminar

A análise da viabilidade do parcelamento do objeto e a justificativa para a adoção da contratação por lote encontram-se detalhadas no Estudo Técnico Preliminar elaborado na fase de planejamento da contratação, o qual concluiu que a execução integrada dos serviços representa a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e administrativo.

Dessa forma, a adoção do critério de julgamento por lote mostra-se compatível com a natureza da contratação e com o interesse público, assegurando maior eficiência na execução contratual e melhor gestão das atividades desenvolvidas pelas secretarias envolvidas.

7. DO CONSÓRCIO

7.1 Vedação à participação em consórcio

Para a presente contratação não será admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio.

7.2 Justificativa da Vedação

A vedação à participação de consórcios justifica-se em razão da natureza do objeto da contratação, que consiste na prestação de serviços de realização de oficinas socioeducativas, culturais, esportivas e de qualificação, mediante a disponibilização de facilitadores para condução das atividades.

Trata-se de serviço comum, amplamente disponível no mercado, cuja execução não demanda elevada complexidade técnica, grande capacidade operacional ou estrutura empresarial que justifique a associação de múltiplas empresas para sua execução.

Além disso, a execução contratual envolve a gestão direta das equipes de facilitadores, o acompanhamento contínuo das atividades e a necessidade de interlocução permanente entre a Administração e a empresa contratada, circunstâncias que recomendam a existência de responsabilidade única pela execução dos serviços, de forma a facilitar a gestão e a fiscalização contratual.

A admissão de consórcios, nesse caso, poderia aumentar a complexidade administrativa da contratação, dificultar a definição de responsabilidades entre as empresas consorciadas e gerar maior dificuldade na gestão do contrato, sem que isso represente ganhos relevantes em termos de competitividade do certame.

Dessa forma, considerando a natureza do objeto, a ampla oferta de fornecedores no mercado e a necessidade de simplificação da gestão contratual, entende-se adequada a vedação à participação de empresas em consórcio na presente licitação.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1 Caracterização da Solução

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de realização de oficinas socioeducativas, culturais, esportivas e de qualificação, mediante a disponibilização de facilitadores responsáveis pela condução das atividades nos equipamentos públicos municipais vinculados às secretarias participantes da contratação.

As oficinas serão desenvolvidas em diferentes áreas temáticas, conforme as necessidades identificadas pelas secretarias envolvidas, contemplando atividades educativas, culturais, esportivas e de qualificação voltadas à promoção da convivência social, ao desenvolvimento de habilidades e à ampliação das oportunidades de inclusão social da população atendida.

8.2 Execução das Atividades

A empresa contratada será responsável pela disponibilização de facilitadores com formação ou experiência compatível com as atividades a serem desenvolvidas, cabendo-lhe a organização e gestão das equipes responsáveis pela execução das oficinas.

As atividades serão realizadas nos equipamentos públicos municipais indicados pelas secretarias participantes, observando-se os cronogramas de atividades definidos pela Administração e as cargas horárias estabelecidas para cada oficina.

A execução das oficinas deverá observar padrões adequados de qualidade, garantindo a condução adequada das atividades, o cumprimento das cargas horárias previstas e a participação efetiva dos usuários atendidos.

8.3 Gestão e Acompanhamento das Atividades

A execução dos serviços será acompanhada pela Administração Municipal por meio dos servidores designados para a gestão e fiscalização do contrato, responsáveis pelo monitoramento das atividades realizadas, verificação do cumprimento das obrigações contratuais e registro de eventuais ocorrências relacionadas à execução dos serviços.

A contratada deverá manter comunicação permanente com a Administração, de modo a assegurar o adequado planejamento das atividades, a substituição de facilitadores quando necessário e a continuidade das oficinas programadas.

8.4 Substituição de Profissionais

Sempre que necessário, a empresa contratada deverá providenciar a substituição de facilitadores que eventualmente se afastem das atividades, garantindo a continuidade das oficinas e a manutenção da qualidade dos serviços prestados.

Os profissionais substitutos deverão possuir qualificação ou experiência compatível com a atividade a ser desenvolvida, de modo a assegurar a adequada execução das oficinas.

8.5 Ciclo de execução da solução

O ciclo de execução da solução compreende as seguintes etapas:

- planejamento das atividades pelas secretarias participantes;
- definição das oficinas e cronogramas de execução;

- disponibilização dos facilitadores pela empresa contratada;
- realização das oficinas nos equipamentos públicos municipais;
- acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços pela Administração;
- avaliação das atividades realizadas.

Considerando a natureza da contratação, não se aplicam etapas relacionadas à manutenção de equipamentos ou destinação final de bens, uma vez que o objeto consiste exclusivamente na prestação de serviços.

9. DA EXECUÇÃO

9.1 Modelo de Execução do Serviços

A execução dos serviços ocorrerá mediante a realização de oficinas socioeducativas, culturais, esportivas e de qualificação conduzidas por facilitadores disponibilizados pela empresa contratada, conforme as demandas apresentadas pelas secretarias participantes da contratação.

As atividades serão realizadas nos equipamentos públicos municipais indicados pela Administração, observando-se os cronogramas de atividades definidos por cada secretaria, bem como as cargas horárias estabelecidas para cada oficina.

9.2 Início da Execução dos Serviços

A execução dos serviços terá início após a formalização da contratação decorrente da ata de registro de preços e mediante solicitação da secretaria demandante, que indicará as oficinas a serem realizadas, os locais de execução e o cronograma das atividades.

A empresa contratada deverá disponibilizar os facilitadores necessários para a realização das oficinas no prazo estabelecido pela Administração, garantindo o início das atividades conforme o planejamento definido pelas secretarias participantes.

9.3 Local de Execução

As oficinas serão realizadas nos equipamentos públicos municipais vinculados às secretarias participantes da contratação, tais como centros de referência de assistência social, unidades educacionais, equipamentos culturais, espaços esportivos e outros locais indicados pela Administração.

A definição dos locais de execução das atividades será realizada pela secretaria demandante, de acordo com a natureza das oficinas e com a programação das atividades desenvolvidas em cada equipamento público.

9.4 Acompanhamento e Verificação da Execução

A execução dos serviços será acompanhada pela Administração por meio dos servidores designados para a gestão e fiscalização do contrato, que serão responsáveis por verificar o cumprimento das atividades previstas, a carga horária executada pelos facilitadores e a conformidade dos serviços prestados com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Sempre que necessário, poderão ser realizadas inspeções ou avaliações das atividades desenvolvidas, com o objetivo de assegurar a qualidade dos serviços prestados e a adequada execução das oficinas.

9.5 Recebimento dos Serviços

O recebimento dos serviços ocorrerá mediante a verificação da execução das atividades previstas para cada período de referência, observando-se o cumprimento das cargas horárias estabelecidas para as oficinas e a regularidade da prestação dos serviços.

O recebimento provisório será realizado após a execução das atividades previstas no período correspondente, mediante verificação da conformidade dos serviços prestados.

O recebimento definitivo ocorrerá após a confirmação do cumprimento integral das obrigações contratuais relacionadas às atividades executadas no período de referência, sem prejuízo da apuração de eventuais irregularidades verificadas durante a execução contratual.

A medição dos serviços será realizada mensalmente, considerando a efetiva execução das oficinas programadas no período, mediante verificação dos seguintes elementos:

- realização das atividades previstas no cronograma aprovado pela Administração;
- cumprimento da carga horária estabelecida para cada oficina;
- registro da presença dos participantes nas atividades realizadas;
- validação das atividades executadas pela fiscalização contratual.

A medição será formalizada por meio de relatório de execução das atividades, a ser apresentado pela contratada e validado pela fiscalização do contrato, constituindo documento hábil para fins de liquidação da despesa.

10. DA GARANTIA

10.1 Garantia da Solução

Considerando a natureza do objeto da contratação, que consiste na prestação de serviços de realização de oficinas socioeducativas, culturais, esportivas e de qualificação, mediante a disponibilização de facilitadores, não se aplica a exigência de garantia técnica relacionada a produtos, equipamentos ou sistemas.

10.2 Manutenção e Assistência técnica

Da mesma forma, não se aplicam à presente contratação exigências relativas à manutenção preventiva ou corretiva, assistência técnica ou substituição de peças, uma vez que o objeto contratado corresponde exclusivamente à prestação de serviços.

10.3 Responsabilidade pela qualidade dos Serviços

Embora não haja garantia técnica aplicável ao objeto da contratação, a empresa contratada será responsável pela adequada execução dos serviços, devendo assegurar que as atividades sejam realizadas conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência, observando padrões de qualidade, regularidade e cumprimento das cargas horárias previstas para as oficinas.

Eventuais falhas na execução dos serviços deverão ser prontamente corrigidas pela contratada, sem prejuízo das medidas administrativas cabíveis previstas no contrato e na legislação aplicável.

11. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

11.1 Fundamentação dos Quantitativos

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base na análise das demandas apresentadas pelas secretarias participantes da contratação, considerando a necessidade de continuidade das oficinas socioeducativas, culturais, esportivas e de qualificação desenvolvidas nos equipamentos públicos municipais.

Para a definição dos quantitativos foram considerados elementos objetivos, tais como o histórico de realização de oficinas em exercícios anteriores, o número de equipamentos públicos atendidos, a quantidade estimada de usuários participantes das atividades e a previsão de execução das oficinas ao longo do período de vigência da contratação.

As demandas das secretarias participantes foram formalizadas por meio de seus respectivos documentos de formalização de demanda, os quais subsidiaram a consolidação das quantidades estimadas para a presente contratação.

11.2 Quantitativos Consolidados

A tabela contendo os quantitativos consolidados da contratação, bem como as unidades de medida correspondentes, encontra-se apresentada no item 1.1 – Definição do Objeto deste Termo de Referência, no qual estão relacionados todos os itens que compõem a presente contratação.

11.3 Quantitativo por Secretaria

Com o objetivo de demonstrar a origem das demandas que compõem a presente contratação, apresenta-se a seguir a distribuição estimada dos quantitativos por secretaria participante, conforme informações constantes nos documentos de formalização de demanda apresentados por cada órgão.

11.3.1 Órgão Gerenciador

Secretaria Municipal de Política Social

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	TOTAL DE MESES	QUANT. FACILITADORES
1	Facilitador de Artesanato e Trabalhos Manuais com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	30
2	Facilitador de Culinária, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	10
3	Facilitador de Confeitaria/Panificação, completo, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	10
4	Facilitador de Animação e Recreação, brinquedoteca, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	15
5	Facilitador de Música com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	15

6	Facilitador de Canto, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	10
7	Facilitador de Lutas, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	15
8	Facilitador para curso de Depilação, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	10
9	Facilitador para curso de Maquiagem, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	10
10	Facilitador para curso de Corte e Costura, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	15
11	Facilitador para curso de Manicure e Pedicure, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	10
12	Facilitador de Massoterapia, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	10
13	Facilitador para curso de Cabelereiro, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	10
14	Facilitador para aulas de Danças, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	10
15	Facilitador para aulas de Ginástica em geral, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	20
16	Palestrante para ministração de palestras com duração de no máximo 4 horas com hospedagem, traslado e refeições	MÊS	12	200
17	Facilitador para aulas de Informática, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	10
18	Facilitador para aulas de Pilates, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	10

11.3.2 Órgãos participantes

Secretaria Municipal de Educação

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	TOTAL DE MESES	QUANT. FACILITADORES
1	Facilitador de Artesanato e Trabalhos Manuais com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	40
2	Facilitador de Animação e Recreação, brinquedoteca, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	60
3	Facilitador de Música com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	40
4	Facilitador de Canto, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	20
5	Facilitador de Lutas Marcial e Olímpica, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	100
6	Facilitador para aulas de Danças, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	20
7	Facilitador para aulas de Esportes Olímpicos, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	150
8	Palestrante para ministrar palestras com duração de no máximo 4 horas com hospedagem, traslado e refeições	MÊS	12	20
9	Facilitador para aulas de Informática, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	5
10	Facilitador para aulas de balé, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	10
11	Facilitador para aulas de xadrez, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	20
12	Facilitador para aulas de teatro, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	20

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	TOTAL DE MESES	QUANT. FACILITADORES
1	Facilitador para aulas de Ginástica Artística, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	4
2	Facilitador para aulas de Alongamento, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	4
3	Facilitador para aulas de Pilates, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	4
4	Facilitador para aulas de Jiu-Jitsu, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	4
5	Facilitador para aulas de Vôlei, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	4
6	Facilitador para aulas de Futsal, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	4
7	Facilitador para aulas de Basquete, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	4
8	Facilitador para aulas de Baby Class. (recreação, psicomotricidade), com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	4
9	Facilitador para aulas de Capoeira, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	4
10	Facilitador para aulas de Ballet, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	4

Secretaria Municipal de Cultura

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	TOTAL DE MESES	QUANT. FACILITADORES
------	-----------	-----	----------------	----------------------

1	Facilitador de Música com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	8
2	Facilitador para aulas de teatro, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	5
3	Facilitador para aulas de Danças, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	4
4	Facilitador para aulas de Grafite, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	MÊS	12	2

11.4 Análise de Interdependência com outras Contratações

Na definição dos quantitativos estimados foi realizada análise das contratações correlatas e das atividades atualmente desenvolvidas pelas secretarias participantes, não sendo identificada sobreposição com outros contratos vigentes que possam comprometer a adequada execução das ações planejadas.

A consolidação das demandas em uma única contratação também contribui para maior racionalização administrativa, possibilitando melhor planejamento das atividades, otimização dos recursos públicos e maior eficiência na gestão das oficinas desenvolvidas nos equipamentos públicos municipais.

12. ESTIMATIVA DE VALORES UNITÁRIOS E GLOBAIS

12.1 Metodologia de Estimativa de Preços

A estimativa dos valores unitários e globais da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Compras da Administração Municipal, observando-se as metodologias e parâmetros previstos na legislação aplicável às contratações públicas.

Para a formação do preço de referência foram consideradas informações obtidas junto ao mercado, incluindo consultas a fornecedores e análise de contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública, de modo a refletir os valores praticados para serviços de natureza semelhante ao objeto da contratação.

A memória de cálculo da pesquisa de preços, bem como os documentos que lhe dão suporte, encontram-se devidamente registrados em anexo específico ao processo administrativo, contendo as fontes consultadas, os parâmetros adotados e os critérios utilizados para a consolidação dos valores estimados.

12.2 Valores Estimados

Os valores unitários estimados para cada item da contratação foram definidos com base na análise dos dados obtidos na pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Compras, considerando as características dos serviços a serem executados e as condições de mercado aplicáveis ao objeto da contratação.

A tabela contendo os valores unitários estimados encontra-se apresentada no item 1.1 – Definição do Objeto, juntamente com os respectivos quantitativos estimados da contratação.

12.3 Valor Global Estimado

Com base nos quantitativos estimados e nos valores unitários obtidos na pesquisa de preços realizada, foi apurado o valor global estimado da contratação, correspondente ao montante máximo que poderá ser registrado na ata de registro de preços.

O valor global estimado para a presente contratação é de **R\$ 25.592.161,36 (vinte e cinco milhões, quinhentos e noventa e dois mil, cento e sessenta e um reais e trinta e seis centavos)**.

12.4 Publicidade do Orçamento Estimado

Para a presente contratação não será adotado orçamento sigiloso, razão pela qual os valores estimados da contratação constam expressamente neste Termo de Referência e nos demais documentos que compõem o processo licitatório, observadas as disposições da legislação aplicável.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Indicação da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes das futuras contratações oriundas da ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias próprias das secretarias participantes da contratação, observada a disponibilidade orçamentária e financeira no momento da formalização das contratações e da emissão dos respectivos empenhos.

13.1.1 Dotação Orçamentária do Órgão Gerenciador

No âmbito da Secretaria Municipal de Política Social, Trabalho, Habitação, Terceira Idade e Desenvolvimento Humano, órgão gerenciador da presente ata de registro de preços, as despesas poderão correr à conta das seguintes dotações orçamentárias:

I – Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00.00

II – Fonte de Recurso: 1704

III – Ficha: 387

IV – Programa de Trabalho: 07.01.001.08.122.0046.2.030

I – Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00.00

II – Fonte de Recurso: 1705

III – Ficha: 1201

IV – Programa de Trabalho: 07.01.001.08.122.0046.2.030

13.2 Dotação das secretarias participantes

As secretarias participantes da presente contratação indicarão suas respectivas dotações orçamentárias no momento da formalização das contratações decorrentes da ata de registro de preços, observando suas programações orçamentárias próprias e a disponibilidade de recursos.

13.3 Considerando que a presente licitação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, destaca-se que a ata de registro de preços não gera obrigação imediata de despesa para a Administração.

Dessa forma, a indicação completa das dotações orçamentárias e a emissão dos respectivos empenhos ocorrerão no momento da formalização de cada contratação realizada com base na ata de registro de preços, em conformidade com a legislação aplicável e com a disponibilidade orçamentária de cada secretaria participante.

14. RESERVA DE COTA E EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

14.1 Aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006

A presente contratação observa as disposições da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que estabelece tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas.

Nesse sentido, será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte a aplicação dos benefícios previstos na referida legislação, tais como a possibilidade de regularização fiscal tardia, o direito de preferência em caso de empate e demais prerrogativas previstas na legislação aplicável.

14.2 Inaplicabilidade de exclusividade ou reserva de cota

Para a presente contratação não será adotada exclusividade nem reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, considerando as características do objeto e o modelo de contratação adotado.

A contratação envolve a prestação integrada de serviços de realização de oficinas socioeducativas, culturais, esportivas e de qualificação em diferentes áreas temáticas, demandando gestão unificada das equipes de facilitadores, planejamento integrado das atividades e coordenação centralizada da execução dos serviços.

Nesse contexto, a divisão do objeto em cotas poderia comprometer a adequada execução das atividades, dificultar a gestão operacional dos serviços e gerar fragmentação da responsabilidade pela execução das oficinas nos equipamentos públicos municipais.

14.3 Compatibilidade com o Interesse Público

Dessa forma, considerando a natureza do objeto, a necessidade de execução integrada das atividades e o modelo de contratação adotado, entende-se que a reserva de cota ou a exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte não se mostra adequada para a presente contratação.

Ressalta-se, contudo, que a participação de microempresas e empresas de pequeno porte não será restringida, podendo essas empresas participar do certame em igualdade de condições com os demais licitantes, sendo-lhes assegurados os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

15. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

15.1 Validade da Proposta

As propostas apresentadas pelos licitantes deverão ter prazo mínimo de validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação, salvo prazo diverso estabelecido no instrumento convocatório.

Durante o período de validade da proposta, o licitante permanecerá obrigado a manter as condições ofertadas, incluindo os preços apresentados, observadas as disposições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital da licitação.

15.2 Composição da Proposta

A proposta deverá conter a indicação clara dos valores unitários e totais para os itens que compõem o objeto da contratação, observando os quantitativos estimados constantes neste Termo de Referência.

Os preços apresentados deverão contemplar todos os custos necessários à execução dos serviços, incluindo despesas com pessoal, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, tributos, transporte, administração, lucro e quaisquer outros custos diretos ou indiretos necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

15.3 Compatibilidade da Proposta com o Objeto

As propostas apresentadas deverão estar em conformidade com as especificações técnicas, condições de execução e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento convocatório, sob pena de desclassificação, nos termos da legislação aplicável.

15.4 Considerando a magnitude do objeto em questão, as licitantes deverão prestar garantia correspondente a 1% (um por cento) do valor global ofertado, com prazo de validade mínimo de 120 (cento e vinte) dias, como condição para participação no certame licitatório, conforme o disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações. A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia: Caução em dinheiro, título da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária.

16. AMOSTRA, EXAME DE CONFORMIDADE E PROVA DE CONCEITO

16.1 Considerando a natureza do objeto da contratação, que consiste na prestação de serviços de realização de oficinas socioeducativas, culturais, esportivas e de qualificação, não será exigida a apresentação de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito.

Dessa forma, não se aplica à presente contratação a exigência de amostras ou de demonstração prévia do objeto, uma vez que a verificação da capacidade técnica dos licitantes ocorrerá por meio da documentação de habilitação e da comprovação de experiência compatível com o objeto da contratação.

17. REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO

17.1 Disposições Gerais

Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar o atendimento aos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como das demais normas aplicáveis.

As exigências estabelecidas deverão guardar estrita relação com o objeto da contratação, observando os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da competitividade, de modo a assegurar que o futuro contratado possua capacidade técnica e condições econômico-financeiras adequadas para a execução dos serviços previstos neste Termo de Referência.

17.1.1 As exigências de qualificação técnica e de qualificação econômico-financeira estabelecidas para a presente contratação foram definidas considerando as características do objeto, a natureza dos serviços a serem executados, o grau de complexidade das atividades e os riscos administrativos decorrentes de eventual interrupção dos serviços.

Tratando-se de contratação voltada à execução continuada de oficinas socioeducativas, culturais, esportivas e de qualificação em diversos equipamentos públicos municipais, mostra-se necessário

assegurar que a empresa contratada possua capacidade técnica e estrutura administrativa compatíveis com a execução das atividades previstas.

As exigências estabelecidas foram formuladas de maneira proporcional e compatível com o objeto da contratação, observando os princípios da razoabilidade e da competitividade, de modo a evitar restrições indevidas à participação de interessados, em conformidade com o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e com o art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, as condições de habilitação previstas neste Termo de Referência buscam assegurar a adequada execução do objeto contratado, sem impor exigências excessivas ou desproporcionais que possam comprometer a competitividade do certame.

17.2 Habilitação Jurídica

A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação de documentos que demonstrem a existência legal da empresa e a legitimidade de seus representantes para atuar em nome da pessoa jurídica.

Para esse fim, o licitante deverá apresentar os atos constitutivos, estatutos ou contratos sociais em vigor, devidamente registrados nos órgãos competentes, bem como documentos que comprovem a eleição ou designação de seus administradores, quando aplicável.

17.3 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

A regularidade fiscal, social e trabalhista será comprovada mediante a apresentação das certidões e documentos exigidos pela legislação vigente, demonstrando a inexistência de débitos perante as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, bem como perante a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e a Justiça do Trabalho.

A comprovação da regularidade fiscal observará, quando aplicável, as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, assegurando às microempresas e empresas de pequeno porte os benefícios previstos na referida legislação.

17.4 Qualificação Técnica

17.4.1 Para fins de comprovação da experiência e qualificação técnica, a licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da PROPONENTE, que comprove ela ter executado ou estar executando serviço pertinente e compatível em características com o objeto da presente licitação

17.4.2 Deverão ser apresentados atestados de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que o LICITANTE, prestou anteriormente, o serviço em características e quantidades compatíveis com o objeto da licitação, demonstrando que o LICITANTE gerencia ou gerenciou serviços, com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de empregados que serão necessários para suprir os postos contratados em decorrência desta licitação.

17.4.3 Deverá haver a comprovação de experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade dos anos serem ininterruptos.

17.4.4 A LICITANTE deverá comprovar que cumpre e segue as normas de segurança e medicina do trabalho, mediante apresentação do registro do SESMT (Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho) da DRT do Ministério do Trabalho.

17.4.5 A LICITANTE deverá apresentar comprovação de conformidade do PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e PCMSO (Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional).

17.5 Qualificação econômico-financeira

A qualificação econômico-financeira dos licitantes será verificada com o objetivo de assegurar que a empresa possua capacidade financeira suficiente para assumir as obrigações decorrentes da futura contratação.

Para esse fim, poderão ser exigidos documentos contábeis e demonstrativos financeiros que evidenciem a saúde financeira da empresa, observados os limites e critérios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação aplicável.

As exigências deverão ser proporcionais ao porte e à complexidade da contratação, de modo a garantir a segurança da Administração quanto à execução do contrato, sem impor restrições indevidas à participação de interessados.

17.6 Vistoria Técnica

Considerando a natureza do objeto da contratação, não será exigida a realização de vistoria técnica prévia.

Os serviços serão executados em equipamentos públicos municipais cujas características são amplamente conhecidas e não apresentam complexidade técnica que justifique a obrigatoriedade de visita técnica pelos licitantes.

18. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

18.1 Disposições Gerais

A execução dos serviços deverá observar os requisitos técnicos, operacionais, administrativos e legais estabelecidos neste Termo de Referência, devendo a empresa contratada assegurar condições adequadas para a realização das oficinas socioeducativas, culturais, esportivas e de qualificação previstas na contratação.

Os requisitos estabelecidos neste item têm por finalidade garantir a adequada execução dos serviços, a qualidade das atividades desenvolvidas e o atendimento às necessidades das secretarias participantes da contratação.

18.2 Qualificação dos Profissionais

A empresa contratada deverá disponibilizar facilitadores com formação ou experiência compatível com as atividades a serem desenvolvidas, observando as áreas temáticas previstas nas oficinas.

Os profissionais responsáveis pela condução das atividades deverão possuir conhecimentos técnicos e experiência prática compatíveis com o conteúdo das oficinas, de modo a assegurar a adequada condução das atividades e o alcance dos resultados pretendidos pela Administração.

18.3 Responsabilidade pela Execução dos Serviços

A contratada será responsável pela organização, coordenação e gestão das equipes de facilitadores envolvidos na execução das oficinas, devendo garantir o cumprimento das cargas horárias estabelecidas, a regularidade das atividades e a adequada condução das oficinas previstas neste Termo de Referência.

A contratação refere-se à prestação de serviços especializados, cabendo à empresa contratada a

responsabilidade integral pela gestão técnica, administrativa e operacional dos profissionais disponibilizados para execução das atividades.

A empresa contratada deverá manter autonomia na gestão de seus profissionais, incluindo sua contratação, supervisão, substituição e controle das atividades desenvolvidas, não se caracterizando a presente contratação como mera intermediação ou fornecimento de mão de obra.

Assim, os profissionais envolvidos na execução das oficinas atuarão sob responsabilidade exclusiva da empresa contratada, que responderá integralmente pela adequada execução dos serviços previstos neste Termo de Referência.

18.4 Cumprimento da Legislação Aplicável

A contratada deverá observar integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e demais normas aplicáveis à execução do contrato, sendo responsável por todos os encargos decorrentes da relação de trabalho com os profissionais envolvidos na execução das atividades.

A Administração Municipal não manterá qualquer vínculo trabalhista com os profissionais disponibilizados pela contratada, cabendo exclusivamente à empresa contratada a responsabilidade pela gestão de seus recursos humanos.

18.5 Substituição dos Profissionais

Sempre que necessário, a contratada deverá providenciar a substituição de profissionais que, por qualquer motivo, não possam continuar na execução das atividades, assegurando a continuidade das oficinas e a manutenção da qualidade dos serviços prestados.

Os profissionais substitutos deverão possuir qualificação ou experiência compatível com as atividades a serem desenvolvidas.

18.6 Continuidade da Execução dos Serviços

Na hipótese de substituição da empresa contratada ao término da vigência contratual ou em caso de rescisão do contrato, a contratada deverá colaborar com a Administração no processo de transição contratual, fornecendo as informações necessárias para a continuidade das atividades e evitando prejuízos à execução das oficinas desenvolvidas nos equipamentos públicos municipais.

Essa cooperação deverá ocorrer de forma organizada e transparente, de modo a assegurar a continuidade dos serviços e a preservação do interesse público.

19. DO CONTRATO

19.1 A presente licitação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, razão pela qual a assinatura da Ata de Registro de Preços não gera obrigação imediata de contratação por parte da Administração.

As contratações decorrentes da ata de registro de preços ocorrerão conforme a necessidade das secretarias participantes, mediante a formalização de contrato administrativo ou instrumento equivalente, observadas as disposições deste Termo de Referência, do edital e da legislação aplicável.

Quando cabível, a contratação poderá ser formalizada por meio de nota de empenho ou outro instrumento hábil, nos termos da legislação vigente.

19.2 Os contratos decorrentes da ata de registro de preços terão vigência estabelecida no instrumento contratual correspondente, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e a natureza dos serviços a serem executados.

O prazo de vigência deverá ser suficiente para assegurar a adequada execução das atividades previstas, podendo ser admitida a prorrogação, quando cabível, desde que devidamente justificada e observadas as disposições legais aplicáveis.

19.3 Os contratos decorrentes da ata de registro de preços poderão prever reajuste de preços, com o objetivo de preservar o equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

O reajuste será concedido após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que esta se referir, conforme definido no instrumento convocatório.

O índice de reajuste a ser adotado deverá refletir a variação efetiva dos custos relacionados ao objeto da contratação, sendo indicado no edital da licitação e no instrumento contratual correspondente.

19.4 O adjudicatário será convocado pela Administração para assinatura do contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido no instrumento convocatório, contado a partir da convocação formal da Administração.

O não comparecimento do adjudicatário para assinatura do contrato dentro do prazo estabelecido poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na legislação aplicável, sem prejuízo da convocação dos demais licitantes, observada a ordem de classificação.

19.5 Os contratos decorrentes da ata de registro de preços deverão observar as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital da licitação e na legislação aplicável, especialmente no que se refere à execução dos serviços, às responsabilidades das partes, à fiscalização contratual e às condições de pagamento.

20. DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1 Da Exigência de Garantia Contratual

Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, será exigida a prestação de garantia contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A garantia terá por finalidade resguardar a Administração quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, à reparação de eventuais prejuízos decorrentes de inadimplemento e à cobertura de multas aplicadas durante a execução do contrato.

20.1.1 Percentual da Garantia

A garantia contratual corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo ser ajustada no instrumento contratual correspondente, conforme a natureza e a complexidade da contratação.

20.1.2 Modalidades de Garantia

A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades, a critério da contratada:

- caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- seguro-garantia;
- fiança bancária.

20.2 Prazo para apresentação da garantia

A garantia deverá ser apresentada pela contratada no prazo estabelecido no instrumento convocatório ou no contrato administrativo, contado a partir da assinatura do contrato ou da convocação formal da Administração.

20.3 Execução da Garantia

A garantia poderá ser executada pela Administração nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais, aplicação de multas, ressarcimento de prejuízos causados à Administração ou em outras situações previstas no contrato e na legislação aplicável.

20.4 Liberação da Garantia

A garantia será liberada ou restituída à contratada após o término da vigência do contrato e a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais, observadas as disposições estabelecidas no instrumento contratual e na legislação aplicável.

21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1 Órgão Gerenciador

A Secretaria Municipal de Política Social, Trabalho, Habitação, Terceira Idade e Desenvolvimento Humano atuará como órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, sendo responsável pela condução do procedimento licitatório, pela gestão da ata e pelo acompanhamento de sua execução.

Compete ao órgão gerenciador coordenar as atividades relacionadas ao planejamento da contratação, consolidar as demandas das secretarias participantes, promover o processo licitatório e adotar as medidas necessárias para a adequada gestão da ata de registro de preços.

21.2 Órgãos participantes

Participam da presente Ata de Registro de Preços as seguintes secretarias municipais, que integraram o planejamento da contratação e poderão realizar contratações com base na ata, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital da licitação e na legislação aplicável:

- Secretaria Municipal de Educação;
- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- Secretaria Municipal de Cultura.

Os órgãos participantes poderão realizar contratações conforme suas necessidades administrativas, respeitados os quantitativos registrados na ata e a disponibilidade de recursos orçamentários.

21.3 Vigência da Ata de Registro de Preços

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos da legislação aplicável.

Durante o período de vigência da ata, os órgãos participantes poderão realizar contratações conforme suas necessidades, observados os limites e condições estabelecidos no instrumento convocatório e na ata de registro de preços.

21.4 Prazo para Assinatura da Ata de Registro de Preços

O licitante vencedor será convocado pela Administração para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da convocação formal.

O prazo para assinatura da ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que solicitado pelo adjudicatário durante o seu transcurso e devidamente justificado, a critério da Administração.

O não comparecimento para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na legislação aplicável, bem como a convocação dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação do certame.

21.5 Prorrogação da Ata de Registro de Preços

A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços somente será admitida nas hipóteses previstas na legislação aplicável, mediante demonstração do interesse da Administração e da vantajosidade da medida, observados os limites temporais estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação municipal.

21.6 Adesão à Ata de Registro de Preços

Poderá ser admitida a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes do processo licitatório, desde que observadas as condições estabelecidas na legislação aplicável e no regulamento municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços.

A adesão deverá ser previamente autorizada pelo órgão gerenciador, observados os limites quantitativos previstos na legislação e a compatibilidade do objeto com as necessidades do órgão ou entidade interessada.

21.7 Obrigações do órgão gerenciador

Compete ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços:

- conduzir o procedimento licitatório destinado à formação da ata;
- promover a gestão da ata de registro de preços durante sua vigência;
- controlar os quantitativos registrados e acompanhar sua utilização pelos órgãos participantes;
- autorizar eventuais adesões à ata por órgãos ou entidades não participantes, quando cabível;
- acompanhar a execução das contratações decorrentes da ata, em articulação com os órgãos participantes.

21.8 Obrigações da detentora da Ata de Registro de Preços

A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir fielmente as condições registradas na ata, observando as disposições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital da licitação e na legislação aplicável.

Entre as obrigações da detentora da ata destacam-se:

- manter as condições de habilitação durante todo o período de vigência da ata;
- atender às solicitações de contratação realizadas pelos órgãos participantes, observadas as condições registradas;
- assegurar a adequada execução dos serviços contratados;

- cumprir os prazos e condições estabelecidos para a prestação dos serviços;
- prestar as informações necessárias ao acompanhamento e fiscalização das atividades realizadas.

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1 Disposições Gerais

Compete à Administração Municipal, por meio das secretarias participantes da contratação, adotar as medidas necessárias para assegurar a adequada execução dos serviços contratados, observando as disposições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital da licitação, na Ata de Registro de Preços e nos contratos decorrentes.

22.2 Planejamento das Atividades

Constitui obrigação da contratante planejar as atividades a serem desenvolvidas no âmbito das oficinas, definindo as áreas temáticas, os cronogramas de execução, os locais de realização das atividades e o público atendido em cada equipamento público municipal.

22.3 Disponibilização dos Locais de Execução

A contratante deverá disponibilizar os espaços físicos necessários para realização das oficinas, garantindo condições adequadas para o desenvolvimento das atividades previstas, conforme a natureza de cada oficina.

22.4 Acompanhamento e Fiscalização

A contratante deverá designar servidores responsáveis pela gestão e fiscalização dos contratos, que atuarão no acompanhamento da execução das atividades, na verificação do cumprimento das obrigações contratuais e na comunicação de eventuais irregularidades à contratada.

22.5 Comunicação com a Contratada

A contratante deverá manter comunicação permanente com a empresa contratada, fornecendo as informações necessárias para o planejamento e execução das oficinas, incluindo a definição de cronogramas, locais de execução e eventuais ajustes operacionais.

22.6 Pagamento pelos Serviços Executados

Efetuar o pagamento pelos serviços executados pela contratada, de acordo com as condições estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência, após a verificação da regular execução das atividades.

22.7 Fornecimento de Informações

A contratante deverá fornecer à contratada todas as informações necessárias para a adequada execução dos serviços, garantindo que os facilitadores tenham conhecimento prévio das atividades a serem desenvolvidas e das condições de execução das oficinas.

23. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

23.1 Disposições Gerais

A empresa contratada deverá executar os serviços objeto da contratação em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital da licitação, na Ata de Registro de Preços e nos contratos decorrentes, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.

23.2 Disponibilização de Facilitadores

Disponibilizar facilitadores com formação ou experiência compatível com as atividades a serem desenvolvidas, garantindo a adequada condução das oficinas socioeducativas, culturais, esportivas e de qualificação previstas na contratação.

Os profissionais designados deverão possuir conhecimentos técnicos e habilidades compatíveis com as áreas temáticas das oficinas, assegurando a qualidade das atividades desenvolvidas.

23.3 Cumprimento das atividades e da carga horária

Garantir a realização das oficinas nos dias, horários e locais definidos pela Administração, observando as cargas horárias estabelecidas e os cronogramas definidos pelas secretarias participantes.

23.4 Substituição de Profissionais

Providenciar, sempre que necessário, a substituição de facilitadores que não possam continuar na execução das atividades, assegurando a continuidade das oficinas e a manutenção da qualidade dos serviços prestados.

Os profissionais substitutos deverão possuir qualificação ou experiência compatível com a atividade a ser desenvolvida.

23.5 Responsabilidade Trabalhista

A contratada será integralmente responsável pela contratação, remuneração, gestão e desligamento dos profissionais envolvidos na execução das atividades, bem como pelo pagamento de salários, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais obrigações decorrentes da legislação aplicável.

A Administração Municipal não manterá qualquer vínculo trabalhista ou previdenciário com os profissionais disponibilizados pela contratada.

23.6 Cumprimento da Legislação Aplicável

A contratada deverá observar integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e demais normas aplicáveis à execução do contrato, assumindo integral responsabilidade por quaisquer irregularidades verificadas.

23.7 Cooperação com a Fiscalização

A contratada deverá colaborar com a Administração no acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, fornecendo as informações e documentos solicitados e permitindo o acesso dos servidores designados para fiscalização às atividades realizadas.

23.8 Manutenção das Condições de Habilitação

Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

23.9 Observância de Princípios de Integridade

A contratada deverá observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade administrativa e integridade na execução do contrato, sendo vedada a prática de atos que possam configurar fraude, corrupção ou qualquer forma de obtenção de vantagem indevida.

A empresa contratada deverá cumprir a legislação aplicável à prevenção e combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013, respondendo integralmente por eventuais atos ilícitos praticados por seus representantes ou prepostos no âmbito da execução contratual.

24. DA SUBCONTRATAÇÃO

24.1 Vedação à subcontratação

Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação.

24.2 Justificativa da Vedação

A vedação à subcontratação justifica-se em razão da natureza do objeto da contratação, que consiste na prestação de serviços de realização de oficinas socioeducativas, culturais, esportivas e de qualificação, mediante a disponibilização de facilitadores responsáveis pela condução direta das atividades nos equipamentos públicos municipais.

A execução das oficinas exige gestão direta das equipes de profissionais, acompanhamento contínuo das atividades desenvolvidas e interlocução permanente entre a Administração e a empresa contratada.

A eventual subcontratação poderia comprometer a adequada execução das atividades, dificultar a identificação de responsabilidades, aumentar a complexidade da gestão contratual e prejudicar o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados.

Dessa forma, considerando a necessidade de responsabilidade direta da empresa contratada pela execução dos serviços e pela gestão dos profissionais envolvidos, entende-se adequada a vedação à subcontratação na presente contratação.

25. DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL, SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

25.1 Considerando a natureza do objeto da contratação, que consiste na prestação de serviços de realização de oficinas socioeducativas, culturais, esportivas e de qualificação, não se verifica a geração de produtos intelectuais, sistemas, documentos técnicos ou soluções tecnológicas que envolvam direitos autorais ou propriedade intelectual.

Da mesma forma, a execução dos serviços não envolve acesso, tratamento ou armazenamento de informações sigilosas, pessoais ou sensíveis que demandem a adoção de medidas específicas relacionadas à segurança da informação.

Dessa forma, não se aplicam à presente contratação disposições específicas relativas a direitos autorais, propriedade intelectual, sigilo ou segurança da informação, sem prejuízo da observância das normas legais aplicáveis à proteção de dados e à confidencialidade das informações eventualmente acessadas durante a execução contratual.

26. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

26.1 Modelo de gestão e fiscalização

A gestão e fiscalização dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços serão realizadas por servidores designados pela Administração Municipal, nos termos da legislação aplicável e das normas internas que disciplinam a gestão e fiscalização de contratos administrativos.

O acompanhamento da execução contratual deverá assegurar a verificação da conformidade dos serviços prestados com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital da licitação e no contrato

administrativo.

26.2 Designação de gestor e fiscais do contrato

A Administração designará formalmente gestor do contrato e fiscais responsáveis pelo acompanhamento da execução dos serviços, podendo ser indicados, conforme a estrutura administrativa e as necessidades da contratação:

- fiscal técnico, responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pela verificação da qualidade dos serviços prestados;
- fiscal administrativo, responsável pelo acompanhamento dos aspectos administrativos da execução contratual;
- fiscal setorial, quando aplicável, responsável pelo acompanhamento das atividades realizadas em unidades ou equipamentos públicos específicos.

As atribuições e responsabilidades dos agentes envolvidos na gestão e fiscalização contratual deverão observar as normas institucionais aplicáveis e as orientações estabelecidas pela Administração Municipal.

26.3 Observância das orientações institucionais

O modelo de gestão e fiscalização aplicável à presente contratação encontra-se detalhado no Guia de Orientação aos Gestores e Fiscais de Contrato adotado pela Administração Municipal, o qual deverá ser observado pelos agentes designados, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas neste Termo de Referência.

26.4 Pontos críticos de controle

Considerando as características do objeto da contratação, constituem pontos críticos de controle para fins de acompanhamento da execução contratual:

- verificação da presença e da atuação dos facilitadores nas oficinas realizadas;
- cumprimento das cargas horárias previstas para as atividades;
- adequação da qualificação ou experiência dos profissionais disponibilizados para condução das oficinas;
- regularidade na execução das atividades programadas nos equipamentos públicos municipais;
- substituição tempestiva de profissionais quando necessário para assegurar a continuidade das oficinas.

26.5 Registro e tratamento de ocorrências

Os fiscais designados deverão registrar as ocorrências verificadas durante a execução contratual e comunicar ao gestor do contrato eventuais irregularidades identificadas, para adoção das medidas administrativas cabíveis.

A gestão e fiscalização do contrato deverão assegurar o adequado acompanhamento da execução dos serviços, contribuindo para a melhoria da qualidade das atividades realizadas e para a proteção do interesse público.

27. CRITÉRIOS DE PRAZO, MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

27.1 Medição da execução dos serviços

A medição dos serviços será realizada periodicamente, mediante a verificação da execução das atividades previstas no contrato, considerando a realização das oficinas e o cumprimento das cargas horárias estabelecidas.

Para fins de medição, a contratada deverá apresentar relatório das atividades desenvolvidas no período correspondente, contendo informações sobre as oficinas realizadas, os locais de execução, os horários das atividades e os facilitadores responsáveis.

27.2 Comprovação da Execução dos Serviços

Comprovação da Execução dos Serviços

- identificação das oficinas realizadas;
- período de execução das atividades;
- carga horária cumprida pelos facilitadores;
- identificação dos locais de realização das atividades;
- registro de frequência ou outro instrumento de comprovação da realização das oficinas.

A fiscalização do contrato poderá solicitar documentos complementares ou realizar verificações in loco para confirmação da execução das atividades, sempre que necessário para assegurar a regularidade da prestação dos serviços.

Somente serão considerados para fins de medição e pagamento os serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização contratual.

27.3 Documentação para pagamento

Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar:

- nota fiscal correspondente aos serviços executados no período;
- relatório das atividades realizadas no período;
- demais documentos eventualmente exigidos pela legislação aplicável ou pela Administração.

27.4 Prazo para Pagamento

O pagamento será efetuado pela Administração após a regular liquidação da despesa, mediante apresentação da documentação exigida e atesto da execução dos serviços pelo fiscal do contrato.

O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal devidamente atestada e da verificação da regular execução dos serviços.

27.5 Hipóteses de Glosa

Poderão ocorrer glosas nos pagamentos quando verificada a execução parcial dos serviços, o descumprimento das obrigações contratuais ou a prestação de serviços em desconformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Nessas hipóteses, o valor a ser pago poderá ser ajustado proporcionalmente aos serviços efetivamente executados.

28. DAS SANÇÕES

28.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais responsabilidades legais cabíveis.

As penalidades aplicáveis encontram-se previstas nos instrumentos padronizados a serem utilizados na licitação e no contrato administrativo, sendo indicados neste Termo de Referência apenas os parâmetros específicos relacionados ao objeto da contratação.

28.2 Penalidades Aplicáveis:

Poderão ser aplicadas à contratada, observados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

28.3 Multas

Sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação aplicável, poderão ser aplicadas multas nas seguintes hipóteses:

- multa de até 1% (um por cento) do valor do contrato, por ocorrência, em caso de atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais;
- multa de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em caso de descumprimento de obrigações contratuais que comprometam a execução regular dos serviços;
- multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato, em caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado.

28.4 Aplicação das penalidades

A aplicação das penalidades deverá observar a gravidade da infração cometida, a extensão do dano causado à Administração, a reincidência da conduta e as circunstâncias do caso concreto.

As penalidades serão aplicadas mediante processo administrativo regular, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

29. DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DO OBJETO

29.1 Após análise das condições necessárias à execução dos serviços objeto da presente contratação, verifica-se que as disposições técnicas, operacionais e administrativas aplicáveis já se encontram devidamente estabelecidas nos itens anteriores deste Termo de Referência.

Dessa forma, não se identificam condições adicionais específicas que demandem regulamentação complementar neste item, considerando que os requisitos para execução dos serviços, as obrigações das partes, os critérios de fiscalização, medição e pagamento, bem como as demais regras necessárias à adequada execução contratual já foram devidamente definidos.

Eventuais situações não previstas neste Termo de Referência deverão observar as disposições constantes

no edital da licitação, na Ata de Registro de Preços, no contrato administrativo e na legislação aplicável.

30. DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1 Integração com os Documentos

O presente Termo de Referência integra o processo administrativo de contratação e deverá ser interpretado em conjunto com os demais documentos que compõem a fase preparatória da licitação, especialmente o Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar, o Mapa de Riscos e demais peças que instruem o processo.

As disposições aqui estabelecidas deverão ser observadas na elaboração do edital da licitação, da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela decorrentes.

30.2 Observância da legislação aplicável

A presente contratação observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como as normas regulamentares aplicáveis no âmbito do Município de Araruama, especialmente os decretos municipais que disciplinam a fase preparatória das contratações públicas e o Sistema de Registro de Preços.

30.3 Interpretação das disposições

Na hipótese de eventual divergência entre as disposições constantes deste Termo de Referência e aquelas estabelecidas no edital da licitação ou no contrato administrativo, prevalecerão as regras definidas no instrumento convocatório e no contrato, observadas as disposições legais aplicáveis.

30.4 Ajustes Formais

Poderão ser realizados ajustes formais neste Termo de Referência durante a fase de instrução do processo licitatório, quando necessários para adequação a exigências legais, técnicas ou administrativas, desde que tais ajustes não alterem a essência do objeto da contratação nem prejudiquem a competitividade do certame.

30.5 Foro Competente

Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da execução contratual, será competente o foro da comarca de Araruama, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Victor Emmanuel

Responsável pela Elaboração do Termo de Referência

Melina Antunes da Silva

Superintendente de Fase Preparatória

Verônica Januário

Secretária Municipal de Política Social

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

“Imprimir em papel timbrado da empresa”

PROCESSO: xxxx/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxxx/2025

Estamos encaminhando a esta Prefeitura proposta de preços para **contratação de empresa especializada** _____. Para tanto informamos que a validade da mesma é de no mínimo, 60 (sessenta) dias, e o prazo de entrega/execução de todo o material/serviço será de acordo com o termo de referência.

ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD FACILITADORES	VALOR EST. UNIT.	VALOR EST. TOTAL
Facilitador de Artesanato e Trabalhos Manuais com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	70		
Facilitador de Culinária, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10		
Facilitador de Confeitaria/Panificação, completo, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10		
Facilitador de Animação e Recreação, brinquedoteca, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	75		
Facilitador de Música com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	63		
Facilitador de Canto, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	30		
Facilitador de Lutas, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	15		
Facilitador para curso de Depilação, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze)	SRV/MÊS	10		

meses.				
Facilitador para curso de Maquiagem, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10		
Facilitador para curso de Corte e Costura, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	15		
Facilitador para curso de Manicure e Pedicure, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10		
Facilitador de Massoterapia, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10		
Facilitador para curso de Cabelereiro, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10		
Facilitador para aulas de Danças, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	34		
Facilitador para aulas de Ginástica em geral, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	20		
Facilitador para aulas de Informática, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	15		
Facilitador para aulas de Pilates, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	14		
Facilitador de Lutas Marcial e Olímpica, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	100		
Facilitador para aulas de Esportes Olímpicos, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	150		
Facilitador para aulas de Balé, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	14		
Facilitador para aulas de Xadrez, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80	SRV/MÊS	20		

horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.				
Facilitador para aulas de Teatro, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	25		
Facilitador para aulas de Ginástica Artística, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Alongamento, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Jiu-Jitsu, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Vôlei, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Futsal, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Basquete, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Baby Class (recreação, psicomotricidade), com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Capoeira, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Grafite, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	2		
Palestrante para ministração de palestras com duração de no máximo 4 horas com hospedagem, traslado e refeições	SERV/HORA	220		
VALOR DE 12 MESES				

Valor total da proposta é de _____ (_____)

Razão Social:

CNPJ:

E-mail:

Dados Bancários:

Telefone:

Local/Data:

(Assinatura/Carimbo Representante Legal)

ANEXO III

VALOR ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD FACILITADORES	VALOR EST. UNIT.	VALOR EST. TOTAL
Facilitador de Artesanato e Trabalhos Manuais com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	70	R\$ 2.566,66	R\$ 179.666,20
Facilitador de Culinária, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10	R\$ 3.000,00	R\$ 30.000,00
Facilitador de Confeitaria/Panificação, completo, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10	R\$ 3.358,33	R\$ 33.583,30
Facilitador de Animação e Recreação, brinquedoteca, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	75	R\$ 2.908,33	R\$ 218.124,75
Facilitador de Música com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	63	R\$ 3.179,66	R\$ 200.318,58
Facilitador de Canto, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	30	R\$ 3.394,66	R\$ 101.839,80
Facilitador de Lutas, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	15	R\$ 2.765,33	R\$ 41.479,95

Facilitador para curso de Depilação, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10	R\$ 2.139,99	R\$ 21.399,90
Facilitador para curso de Maquiagem, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10	R\$ 3.089,66	R\$ 30.896,60
Facilitador para curso de Corte e Costura, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	15	R\$ 3.358,77	R\$ 50.381,55
Facilitador para curso de Manicure e Pedicure, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10	R\$ 2.710,00	R\$ 27.100,00
Facilitador de Massoterapia, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10	R\$ 3.133,33	R\$ 31.333,30
Facilitador para curso de Cabelereiro, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10	R\$ 3.110,00	R\$ 31.100,00
Facilitador para aulas de Danças, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	34	R\$ 2.741,66	R\$ 93.216,44
Facilitador para aulas de Ginástica em geral, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	20	R\$ 3.274,00	R\$ 65.480,00
Facilitador para aulas de Informática,	SRV/MÊS	15	R\$ 2.883,33	R\$ 43.249,95

com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.				
Facilitador para aulas de Pilates, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	14	R\$ 3.113,20	R\$ 43.584,80
Facilitador de Lutas Marcial e Olímpica, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	100	R\$ 3.266,66	R\$ 326.666,00
Facilitador para aulas de Esportes Olímpicos, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	150	R\$ 2.209,00	R\$ 331.350,00
Facilitador para aulas de Balé, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	14	R\$ 3.033,33	R\$ 42.466,62
Facilitador para aulas de Xadrez, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	20	R\$ 1.323,33	R\$ 26.466,60
Facilitador para aulas de Teatro, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	25	R\$ 3.016,66	R\$ 75.416,50
Facilitador para aulas de Ginástica Artística, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4	R\$ 2.333,33	R\$ 9.333,32
Facilitador para aulas de	SRV/MÊS	4	R\$ 2.453,33	R\$ 9.813,32

Alongamento, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.				
Facilitador para aulas de Jiu-Jitsu, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4	R\$ 2.489,33	R\$ 9.957,32
Facilitador para aulas de Vôlei, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4	R\$ 1.648,37	R\$ 6.593,48
Facilitador para aulas de Futsal, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4	R\$ 2.376,66	R\$ 9.506,64
Facilitador para aulas de Basquete, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4	R\$ 1.888,53	R\$ 7.554,12
Facilitador para aulas de Baby Class (recreação, psicomotricidade), com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4	R\$ 1.539,33	R\$ 6.157,32
Facilitador para aulas de Capoeira, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4	R\$ 1.883,33	R\$ 7.533,32
Facilitador para aulas de Grafite, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	2	R\$ 777,50	R\$ 1.555,00

Palestrante para ministração de palestras com duração de no máximo 4 horas com hospedagem, traslado e refeições	SERV/HORA	220	R\$ 1.066,66	234.665,20
VALOR DE 12 MESES ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO			R\$ 25.592.161,36	

ANEXO IV

MODELO – DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pregão Eletrônico nº: XXXX/2025

Processo Administrativo nº: XXXX/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____ nº _____, bairro _____, na cidade de _____, estado, por meio de seu representante legal abaixo identificado, sob as penas da Lei, para os fins de Habilitação no Pregão Eletrônico nº _____ do Processo Administrativo nº _____, que tem por objeto _____, vem DECLARAR que:

- 1) Nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, nos enquadrados na situação de () Microempresa, () Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual;**
- 2) Cumpre ao disposto nos incisos XXXIII do art. 70 da Constituição Federal, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, que regulamente a Lei nº 9.584, de 27 de outubro de 2002;**
- 3) Não está impedido de contratar com a Administração Pública;**
- 4) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;**
- 5) Não incorre nas demais condições impeditivas da Lei Federal nº 14.133/2021;**
- 6) Que inexistem fatos superveniente impeditivos a sua Habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;**
- 7) Que concorda e submete-se a todas e cada uma das condições impostas pelo referido Pregão Eletrônico Eletrônica e submete-se ao disposto pela Lei 14.133/2021 e Diplomas Complementares;**
- 8) Conhecemos o objeto da Dispensa e os termos constantes no Pregão Eletrônico nº ____/____ do Processo Administrativo nº ____/____ e seus ANEXOS e do Regulamento bem como temos todas as condições de cumprir as exigências ali contidas no que concerne à apresentação de documentação para fim de Habilitação.**
- 9) Que nos quadros da empresa inexistem sócios, gerentes ou diretores que sejam membro ou servidor em exercício neste município, ocupante de cargo de direção na Administração Pública, servidores cedidos ou colocados à disposição desta Prefeitura direta ou indireta, ou ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;**

- 10)** Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- 11)** Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Pregão Eletrônico;
- 12)** Ocorrerão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços do objeto;
- 13)** Que o ato constitutivo apresentado é o vigente;
- 14)** Que são autênticas as cópias e as assinaturas dos documentos apresentados;
- 15)** Declara, sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local, Dia/Mês/Ano

**Assinatura do Representante legal
RG e CPF**

ANEXO V

“Imprimir em papel timbrado da empresa”

(MODELO)

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL, ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL e ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE.

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP) = X$$

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ISG = AT / (PC + ELP) = X$$

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ILC = AC / PC = X$$

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00.

Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00.

Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.

(contador)

OBS: O DOCUMENTO DEVERÁ CONTER A ASSINATURA DO CONTADOR.

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO Nº/...., DE CONTRATAÇÃO DE, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARARUAMA, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE

..... E

MUNICÍPIO DE ARARUAMA, Estado do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal, situado na Avenida John Kennedy, nº 120, Centro, nesta Cidade, inscrito no CNPJ(MF) sob o nº 28.531.762/0001-33, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Secretário Municipal de _____, _____, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____ residente e domiciliado nesta cidade, considerando o resultado da licitação nº/202..., publicada no de/202..., doravante denominado **CONTRATANTE**, e _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada por _____ (nome e função), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, doravante denominado **CONTRATADO**, com fundamento no Processo nº _____, que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelos decretos municipais aplicáveis, todos disponíveis no endereço eletrônico <https://transparencia.araruama.rj.gov.br/>, resolvem celebrar o presente instrumento de Contrato, decorrente Edital nº ... mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de _____, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos do edital.

1.2 Objeto da contratação:

ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD FACILITADORES	VALOR EST. UNIT.	VALOR EST. TOTAL
Facilitador de Artesanato e Trabalhos Manuais com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	70		
Facilitador de Culinária, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10		
Facilitador de Confeitaria/Panificação, completo, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10		
Facilitador de Animação e Recreação, brinquedoteca, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	75		
Facilitador de Música com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	63		

Facilitador de Canto, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	30		
Facilitador de Lutas, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	15		
Facilitador para curso de Depilação, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10		
Facilitador para curso de Maquiagem, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10		
Facilitador para curso de Corte e Costura, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	15		
Facilitador para curso de Manicure e Pedicure, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10		
Facilitador de Massoterapia, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10		
Facilitador para curso de Cabelereiro, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10		
Facilitador para aulas de Danças, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	34		
Facilitador para aulas de Ginástica em geral, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	20		
Facilitador para aulas de Informática, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	15		
Facilitador para aulas de Pilates, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	14		
Facilitador de Lutas Marcial e Olímpica, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	100		

Facilitador para aulas de Esportes Olímpicos, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	150		
Facilitador para aulas de Balé, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	14		
Facilitador para aulas de Xadrez, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	20		
Facilitador para aulas de Teatro, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	25		
Facilitador para aulas de Ginástica Artística, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Alongamento, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Jiu-Jitsu, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Vôlei, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Futsal, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Basquete, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Baby Class (recreação, psicomotricidade), com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Capoeira, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Grafite, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	2		
Palestrante para ministração de palestras com duração de no máximo 4 horas com hospedagem,	SERV/HORA	220		

translado e refeições				
VALOR DE 12 MESES				

1.3 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2 O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

1.3.3 A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do contrato será de XX (XXXX) meses a contar da data da sua assinatura, e poderá ser renovado de acordo com a Lei Federal nº.14.133/2021, será reajustado a cada data-aniversário de acordo com XXXXXXXXXX.

2.2 O prazo para a assinatura do contrato será de XX (XXXXXX) contados da adjudicação do objeto. O não comparecimento para a assinatura do contrato ensejará na aplicação das sanções cabíveis conforme item 20 do Termo de Referência.

2.2.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o **CONTRATADO**, desde que observados, ainda, os seguintes requisitos:

- a) demonstração formal, no processo, de que a forma dos fornecimentos tem natureza continuada;
- b) juntada de relatório sobre a execução do Contrato, com informações de que os fornecimentos tenham sido realizados regularmente;
- c) juntada de justificativa de que a Administração mantém interesse na continuidade dos fornecimentos;
- d) manifestação expressa do **CONTRATADO** informando o interesse na prorrogação;
- e) comprovação de que o **CONTRATADO** mantém as condições de habilitação; e
- f) informação quanto à existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras.

2.3 O **CONTRATADO** não tem direito subjetivo à prorrogação do prazo de vigência contratual.

2.4 A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

2.5 O Contrato não poderá ser prorrogado quando o **CONTRATADO** tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições

de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 - Será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor do contratação é de R\$ (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos serão efetuados pela Administração Municipal em moeda corrente nacional, em XX dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.2 A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no inciso IV, § 2º, Artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Os critérios de reajustes são aqueles previstos no TR, anexo ao edital.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 - As obrigações da contratante são aquelas discriminadas no TR.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. – As obrigações do contratado são aquelas discriminadas no TR.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato ou instrumento equivalente;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato ou instrumento equivalente;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato ou instrumento equivalente; g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato instrumento equivalente, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais;

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

d) Multa:

1. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (dez) dias;

2. compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá o **CONTRATANTE** optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O presente Contrato poderá ser extinto, antes de cumpridas as obrigações estipuladas, ou antes do prazo neste fixado:

a) por ato unilateral do **CONTRATANTE**, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou das obrigações previstas no presente instrumento e/ou por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo, ainda, ser observado o disposto nos arts. 138 e 139 da referida Lei;

b) consensualmente, na forma do art. 138, II da Lei nº 14.133/2021; e

c) na hipótese de contratação direta fundamentada no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, a qualquer tempo, sem indenização, e independentemente de aviso ou prazo, pelo contratante, tão logo esteja(m) concluído(s) o(s) procedimento(s) licitatório(s) implementado(s) para a contratação do objeto em questão.

12.3.1 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.3.2 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 A extinção prematura do Contrato deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

12.4.1 A justificativa da rescisão por ato unilateral do **CONTRATANTE**, sempre que possível, contemplará:

a) as obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;

b) os pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) as indenizações e multas.

12.5 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, na forma do art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021, desde que o pedido seja formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação.

12.6. Extinto o Contrato, o **CONTRATANTE** poderá ainda:

12.6.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo **CONTRATADO**, reter e executar a garantia prestada; e

12.6.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do **CONTRATADO** decorrentes do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.2 O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

13.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas com a execução do presente Contrato contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de _____, assim classificadas:

Natureza da Despesa:

Fonte de Recurso:

Programa de Trabalho:

Nota de Empenho:

14.2 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

14.3 No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, na forma do art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº [14.133/2021](#), e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

16.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no Portal da Transparência e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do município.

16.1.1 A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 Fica eleito o Foro o município de Araruama para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/2025

O MUNICÍPIO DE ARARUAMA, Estado do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal, situado na Avenida John Kennedy, nº 120, Centro, nesta Cidade, inscrito no CNPJ(MF) sob o n.º 28.531.762/0001-33, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Secretário Municipal de _____, _____, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade n.º _____ e do CPF n.º _____ residente e domiciliado nesta cidade, considerando o resultado da licitação nº/202..., publicada no de/202... para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo nº, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação nº/202..., sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Municipais n.º 09, 10, 11, 14 e 52 de fevereiro de 2024, e nos demais normativos estaduais aplicáveis, todos disponíveis no Portal da Transparência e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como a(s) proposta(s) com preço(s) ora registrado(s), independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Esta Ata de Registro de Preços é documento NÃO vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso de aquisição de para eventual futura contratação, nos termos definidos no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência.

2.2 A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade do gerenciador e dos participantes, quando houver, e de acordo com o quantitativo indicado na cláusula quinta.

2.3 Esta Ata de Registro de Preços, com a indicação do preço registrado e dos fornecedores, será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Portal de Transparência do município:

ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD FACILITADORES	VALOR EST. UNIT.	VALOR EST. TOTAL
Facilitador de Artesanato e Trabalhos Manuais com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	70		
Facilitador de Culinária, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10		
Facilitador de Confeitaria/Panificação, completo, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10		
Facilitador de Animação e Recreação,	SRV/MÊS	75		

brinquedoteca, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.				
Facilitador de Música com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	63		
Facilitador de Canto, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	30		
Facilitador de Lutas, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	15		
Facilitador para curso de Depilação, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10		
Facilitador para curso de Maquiagem, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10		
Facilitador para curso de Corte e Costura, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	15		
Facilitador para curso de Manicure e Pedicure, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10		
Facilitador de Massoterapia, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10		
Facilitador para curso de Cabelereiro, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	10		
Facilitador para aulas de Danças, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	34		
Facilitador para aulas de Ginástica em geral, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	20		
Facilitador para aulas de Informática, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	15		
Facilitador para aulas de Pilates, com uma carga	SRV/MÊS	14		

horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.				
Facilitador de Lutas Marcial e Olímpica, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	100		
Facilitador para aulas de Esportes Olímpicos, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	150		
Facilitador para aulas de Balé, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	14		
Facilitador para aulas de Xadrez, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	20		
Facilitador para aulas de Teatro, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	25		
Facilitador para aulas de Ginástica Artística, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Alongamento, com uma carga horária de 20 horas semanais num total de até 80 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Jiu-Jitsu, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Vôlei, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Futsal, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Basquete, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Baby Class (recreação, psicomotricidade), com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		
Facilitador para aulas de Capoeira, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	4		

meses.				
Facilitador para aulas de Grafite, com uma carga horária de 10 horas semanais num total de até 40 horas mensais, pelo período de 12 (doze) meses.	SRV/MÊS	2		
Palestrante para ministração de palestras com duração de no máximo 4 horas com hospedagem, traslado e refeições	SERV/HORA	220		
VALOR DE 12 MESES				

2.4 – A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como Anexo a esta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO FORNECEDOR, DO GERENCIADOR, DOS PARTICIPANTES E DAS ATRIBUIÇÕES

3.1 O(s) fornecedor(es) desta Ata de Registro de Preços é(são) (indicar a(s) sociedade(s) empresária(s)).

3.1.1 O fornecedor registrado deverá manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

3.2 O gerenciador desta Ata de Registro de Preços é (indicar o órgão ou entidade).

3.2.1 São atribuições do gerenciador:

- a) aferir, semestralmente, a compatibilidade dos preços registrados com os efetivamente praticados;
- b) divulgar os preços registrados e suas atualizações no PNCP e no Portal da Transparência do Município;
- c) praticar todos os atos de controle e gerenciamento dos quantitativos das Atas de Registro de Preços e de seus saldos, das solicitações de adesão e do remanejamento das quantidades;
- d) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores registrados para atendimento às necessidades do órgão ou entidade, obedecendo à ordem de classificação do certame e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da respectiva ata;
- e) deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não manifestaram interesse em participar do registro de preços durante o período de divulgação da Intenção de Registro de Preços;
- f) convocar os proponentes remanescentes, nas hipóteses autorizadas por esta Ata, observada a ordem de classificação;
- g) conduzir as alterações ou as atualizações dos preços registrados; e
- h) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.

3.3 São participantes os órgãos ou entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do município de Araruama.

3.3.1 São atribuições dos participantes:

- a) auxiliar tecnicamente, por solicitação do gerenciador;
- b) tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- c) prestar informações, quando solicitadas, ao gerenciador quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade;
- d) informar ao gerenciador a eventual recusa do contratado em atender às condições estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, firmadas na Ata de Registro de Preços, bem como as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens adjudicados; e
- e) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133/2021, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.

CLÁUSULA QUARTA: DOS NÃO-PARTICIPANTES

4.1 As informações relativas à possibilidade, condições e procedimentos de adesão à Ata de Registro de Preços encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência, que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, em conformidade com o disposto no art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, e com as diretrizes do Decreto Federal nº 7.892/2013.

4.2 O Termo de Referência estabelece os critérios e limites para a adesão por outros órgãos ou entidades, bem como as responsabilidades do órgão gerenciador e dos órgãos participantes e não participantes, observadas as normas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA: DO QUANTITATIVO

5.1 As quantidades estimadas para a contratação, conforme descrição no Termo de Referência no Anexo I, são as seguintes:

- a) previsão de contratação pelo gerenciador e pelos participantes, quando houver: (descrever quantidade).
- b) previsão de contratação pelos não-participantes: (descrever quantidade).

5.2 As quantidades dos itens indicadas nas alíneas a e b do item 5.1 são meramente estimativas e não implicam obrigatoriedade de contratação pelo gerenciador e pelos participantes, quando houver, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.3 As contratações adicionais de que trata o item 4 não poderão exceder, por órgão ou entidade aderente, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes, quando houver.

5.3.1 O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado nesta Ata para o gerenciador e pelos participantes, quando houver, independentemente do número de órgãos ou entidades não-participantes que aderirem.

5.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

5.5 As quantidades previstas na Ata de Registro de Preços para os itens com preços registrados poderão

ser remanejadas, pelo gerenciador, entre os participantes do procedimento para registro de preços, quando houver.

5.5.1 Caberá ao gerenciador autorizar o remanejamento, com a transferência dos quantitativos entre os participantes, desde que haja anuência daquele que vier a sofrer a redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO REGISTRADO

6.1 O preço unitário de cada item registrado é o constante da(s) proposta(s) final(is), cujos valores estão reunidos no Anexo I – Termo de Referência.

6.2 Os preços registrados poderão ser revistos e alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

6.3 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o gerenciador convocará o(s) fornecedor(es) para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, na ordem de classificação.

6.3.1 Caso o(s) fornecedor(es) cadastrado(s) para o item ou lote não aceite(m) reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado deverá(ão) ser liberado(s) do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2 Havendo a liberação do(s) fornecedor(es), nos termos do item 6.3.1, o órgão gerenciador deverá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no art. 2, II do Decreto Municipal nº 052/2024.

6.3.3 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.3.4 Não havendo êxito nas negociações, o gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, de acordo com a cláusula décima desta Ata, com a adoção das medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.3.5 Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

6.4 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, ser-lhe-á facultado requerer ao gerenciador a alteração dos preços registrados, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.4.1 O fornecedor deverá encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas, cabendo ao gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2 Na hipótese de deferimento do pedido, o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.4.3 O fornecedor do compromisso assumido poderá ser liberado pelo gerenciador, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação de penalidades administrativas, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

6.4.4 Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo gerenciador, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, e em outras legislações aplicáveis.

6.4.4.1 Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 6.4.4, o gerenciador deverá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no art. 29 do Decreto Municipal nº 052/2024.

6.4.4.2 Não havendo êxito nas negociações, o gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.5 Os novos valores a serem registrados, conforme itens 6.3.5 e 6.4.2, deverão ser formalizados mediante termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

6.6 Os preços registrados poderão, ainda, ser reajustados ou repactuados, conforme estabelecido no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/ 2021.

6.6.1 O reajustamento ou repactuação poderá ser efetuado mediante apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Os locais de prestação dos serviços objeto do registro de preços estão listados no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA: DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de xx (xx) xxxx, contados a partir de xx (xxxxxx).

8.2 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, conforme previsto no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA: DO CADASTRO DE RESERVA

9.1 Fazem parte do Cadastro de Reserva os proponentes que aceitaram cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do proponente vencedor do certame, observada a ordem de classificação, e os proponentes que mantiveram sua proposta original.

9.2 A ordem de classificação dos registrados na ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo ao gerenciador realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

9.3 A habilitação dos proponentes que irão compor o Cadastro de Reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos proponentes remanescentes, na forma do art. 21 do Decreto nº 052/2024.

9.4 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.5 O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso de exclusão do fornecedor da Ata de Registro de Preços, nas seguintes ocorrências:

- a) cancelamento do registro do fornecedor, nas hipóteses previstas na cláusula décima; ou
- b) cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 31 e 32 do Decreto Municipal nº 052/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) forem descumpridas as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) não assinar o contrato ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, observado os parágrafos 4º e 5º do referido dispositivo.

10.2 Na hipótese de que trata a alínea d do item 10.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata, poderá o gerenciador, desde que não seja o responsável pela aplicação da sanção, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

10.3 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas das alíneas a, b e d do item 10.1 será formalizado por decisão do gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

11.1 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
- c) a pedido do fornecedor, decorrente de fato superveniente, de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, inclusive, o prazo de vigência dos contratos a serem celebrados, a garantia, o pagamento, o reajuste ou repactuação, encontram-se definidos no instrumento convocatório, quando houver, no Termo de Referência e no contrato.

12.1.1 Os contratos decorrentes de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 A contratação realizada pelo gerenciador e pelos participantes será formalizada, dentro do prazo de

validade da Ata de Registro de Preços, por intermédio de instrumento contratual (Anexo VII do Edital – Minuta de Contrato).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência.

13.2 Compete ao gerenciador aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.

13.3 Compete aos participantes e aos não-participantes aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.

13.5 A aplicação das penalidades deverá observar o procedimento estabelecido no instrumento convocatório e contrato, quando houver, e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 Os recursos necessários para as contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços correrão por conta da Natureza da Despesa e do Programa de Trabalho próprios do gerenciador, dos participantes e dos não-participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO DE ELEIÇÃO

15.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Araruama para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata de Registro de Preços que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Araruama, de de 202.....

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO VIII

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>